



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19

20 **8ª Reunião da Câmara Técnica de Qualidade**
21 **Ambiental e Gestão de Resíduos, CTQAGR.**

22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41

Brasília/DF.
15 de Março de 2013.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

1
2

42 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
43 **CTQAGR)** – Senhores, desculpem, eu estava conversando com a Doutora Zilda
44 ali e ela está ainda preocupada com a questão da importação. Zilda, vamos tentar
45 esclarecer. Desculpem aí em relação à quebra um pouco da pauta, mas que a
46 Doutora Zilda vai ter que se ausentar e é importante que nós tenhamos
47 consistência nesse artigo para não... Zilda nós não estamos restringindo a
48 importação, nós estamos dizendo: a importação de resíduos como matéria prima
49 deverá observar. Nós não estamos dizendo em nenhum momento, nós tiramos
50 aquilo é proibido importar, estamos dizendo o uso de resíduo industrial... Então no
51 caput não tem, no caput está Ok. Aí depois nós estamos dizendo: o uso do
52 resíduo industrial importado com matéria para fabricação deverá ser objeto de
53 autorização emitida pelo órgão ambiental responsável pelo licenciamento da
54 unidade produtora. Então, se a unidade produtora de fertilizante quiser usar
55 resíduo importado tem que estar previsto isso no licenciamento. E depois as
56 condições previstas que são as condições de elegibilidade e etc., e
57 rastreabilidade, deverão ser garantidas pelo importador. E finalmente a unidade
58 produtora de fertilizantes e micronutrientes deverá consultar previamente o órgão
59 ambiental competente sobre a elegibilidade da utilização do resíduo.

60

61

62 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Diretora de Ambiente Urbano do**
63 **Ministério do Meio Ambiente)** – O 3º e o 1º eu acho que eles estão falando a
64 mesma coisa de maneiras diferentes, porque você está dizendo no 1º que o uso
65 do resíduo como material importado como matéria-prima deverá ser objeto de
66 autorização, aí não está dizendo a autorização prévia à solicitação de importação.
67 Eu estou entendendo.

68

69

70 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
71 **CTQAGR)** – Ela é genérica. Não é específica para o resíduo.

72

73

74 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Diretora de Ambiente Urbano do**
75 **Ministério do Meio Ambiente)** – Genérica. E aqui estou dizendo deverá consultar
76 previamente, uma coisa é a outra, se eu estou dizendo que o uso vai... Eu estou
77 dizendo no § 1º, que o uso do resíduo industrial importado deverá ser objeto de
78 autorização emitida, eu estou dizendo no 3º deverá... O que é autorização, o que é
79 consultar previamente?

80

81

82 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
83 **CTQAGR)** – Eu estou entendendo a diferença assim, você me corrija, se eu
84 estiver errado. O primeiro é, se a minha unidade produtora de fertilizante, pretende
85 usar resíduo importado, ela tem que previamente consultar o órgão ambiental, na
86 licença já prevê isso. No terceiro, eu estou dizendo que a cada importação ela tem
87 que consultar previamente para ver se aquele resíduo é...

88

89

90**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Diretora de Ambiente Urbano do**
91**Ministério do Meio Ambiente)** – Não está escrito isso no terceiro não.

92

93

94**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
95**CTQAGR)** – Se não está nós temos que melhorar porque é isso, não é essa a
96nossa intenção... Só queria...

97

98

99*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

100

101

102**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
103**CTQAGR)** – Em outras palavras é assim, Zilda, eu tenho que declarar que eu vou
104usar importado e já na minha licença, mas aí eu não estou tratando do resíduo em
105si, eu estou tratando da forma como vou operar, da origem da minha matéria
106prima, vamos dizer assim. Vou usar matéria prima importada, tem que avisar. No
107terceiro, eu estou dizendo que a cada lote que eu for importar eu tenho que ter
108prévia consulta. Qual é a ideia nossa?

109

110

111**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Diretora de Ambiente Urbano do**
112**Ministério do Meio Ambiente)** – Não é isso que está escrito aqui Márcio.

113

114

115**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
116**CTQAGR)** – Se não está nós temos que melhorar. Tudo bem, mas eu estou
117dizendo qual é a nossa ideia, a nossa intenção e porque da nossa intenção. É
118justamente esse parágrafo que me daria, minimizaria, digamos assim o risco de
119nós ficarmos micados com resíduo aqui, do resíduo chegar e eu não poder usar
120como fertilizante e não... Ter que dar um outro destino para ele porque aí seria
121prévia importação. A intenção é essa, não sei se está claro, a unidade produtora
122de fertilizante e micronutriente deverá consultar previamente o órgão ambiental
123competente sobre a legibilidade da utilização de resíduo, e aí talvez tenha sob a
124legibilidade do resíduo a ser importado.

125

126

127**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Diretora de Ambiente Urbano do**
128**Ministério do Meio Ambiente)** – Eu não estou vendo na prática qual é a
129diferença entre o § 1º e o 2º porque isso que você justificou aqui não está no texto,
130não está dizendo que é a cada lote, ou é prévio, não tem nenhuma dessas duas
131palavras aqui.

132

133

134 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
135 **CTQAGR)** – Tem prévio, no 3º tem. Deverá consultar previamente o órgão
136 ambiental competente.

137

138

139 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Diretora de Ambiente Urbano do**
140 **Ministério do Meio Ambiente)** – E aqui quando eu falo do uso, deverá ser objeto
141 de autorização. Eu posso uma autorização depois da importação. Estão
142 contraditórios esses dois parágrafos. Então assim, primeiro, o § 1º que vem antes
143 do 3º está falando em autorização emitida pelo órgão ambiental e lá no 3º estou
144 dizendo consultar previamente. Então eu inverteo isso, mas eu tenho que melhorar
145 essa redação porque não está muito claro isso, está confuso. Aí é controle de
146 importação que não cabe a essa Resolução estabelecer. Entendeu? Por isso é
147 que eu acho que nós temos que ter cuidado para escrever essas coisas, e eu
148 tinha feito uma proposta mais genérica. Então, eu acho que essa Resolução não é
149 para regulamentar a importação de resíduo. Ponto. Eu já estou dizendo isso no
150 caput desse artigo, só que aqui eu me embananei e estou dizendo o que é que
151 tem que ser feito. Essa redação ficou ruim, ficou ruim. Eu estou dizendo no § 1º,
152 no caput tudo bem, deixa o caput desse jeito, eu estou dizendo que a importação
153 de resíduos como matéria-prima para fabricação deverá observar a Convenção de
154 Basileia e as Resoluções pertinentes. O uso tem dois Decretos até, o uso do
155 resíduo industrial importado como matéria-prima para fabricação de micronutriente
156 deverá ser objeto de autorização emitida pelo órgão ambiental responsável pelo
157 licenciamento da unidade produtora, nos termos dessa Resolução. Ótimo. As
158 condições previstas e as condições de rastreabilidade deverão ser garantidas pelo
159 importador, tudo bem, eu concordo com até esse 2º. Agora, eu estou achando que
160 esse 3º aí você está dizendo outra coisa, a unidade produtora de fertilizante
161 deverá consultar previamente. Eu já estou dizendo aqui que ela vai ter que ter
162 uma autorização. Então, estou entendendo que isso é uma consulta prévia,
163 previamente... Consultar previamente o órgão ambiental competente sobre a
164 elegibilidade, isso aqui já está no § 1º, se eu peço uma autorização ela está lá. O
165 que é que eu tenho de diferente aqui? Nos termos do Artigo 19, da Resolução,
166 prestando todas as informações, mas aqui eu já estou falando nos termos desta
167 Resolução. Então, eu estou entendendo que o 1º e o 3º estão falando a mesma
168 coisa de maneiras diferentes. Deixa-me fazer uma inversão aqui no texto, Adriano,
169 deixa colocar um do lado do outro só para nós ficarmos... Só para nós
170 enxergarmos ele melhor. Só um minutinho. Vou fazer uma confusão no teu texto,
171 mas é só para... Deixa só colocar um do lado do outro e nós lemos e fica mais
172 fácil. Estão lá os dois na tela, os dois aqui, o 1º e o 3º, a meu ver eles estão
173 falando a mesma coisa de maneira diferente. Então assim, porque nós quisemos,
174 não tem nada, a única diferença que tem é que um está falando em previamente,
175 mas o primeiro eu estou dizendo que deverá ser objeto de autorização. Então, eu
176 estou entendendo que é previamente. A única coisa diferente entre um e outro
177 para mim é isso. O 3º está citando o Artigo 19, e o 1º está falando nos termos
178 dessa Resolução, o 19 inclusive. Então, está... Essa redação não está muito boa.
179 Eu tiraria o 3º, eu tiraria o 3º porque eu acho que isso aqui está confuso, mas eu

180 não participei das discussões ontem, eu queria entender por que isso foi colocado
181 aqui. Seria possível suprimir o § 3º?

182

183

184 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
185 **CTQAGR)** – Zilda, nós estamos discutindo aqui, socializar um pouco a discussão
186 que eu estou tendo com o Gilberto aqui. Na verdade, assim, a questão é que o 1º
187 não é suficiente e o 3º nós concordamos com você que ele não está claro. Então,
188 o que nós estamos querendo na verdade? Nós estamos querendo garantir que o
189 resíduo importado passe pelo mesmo crivo que o resíduo nacional, por isso que
190 está citado o Artigo 19 ali. Então a idéia seria o quê? Quer dizer, você só pode
191 importar o resíduo se ele tiver as mesmas condições de rastreabilidade e
192 identificação que tem no resíduo nacional. Agora, como é que eu faço isso em se
193 tratando de um resíduo importado? Porque se eu fizer depois que o resíduo
194 chegou aqui, que isso que o Gilberto está me chamando atenção, o Artigo 19 é
195 depois que o resíduo chegou aqui. Então, se eu fizer isso depois que o resíduo
196 chegou aqui, eu corro o risco de rejeitar o resíduo e ficar com ele aqui. Como é
197 que eu poderia fazer? Eu não estou dizendo que esteja escrito, Zilda, eu estou
198 concordando com você que está mal escrito, é por isso que nós estamos
199 precisando da tua ajuda. Realmente isso está mal escrito, eu estou tentando te
200 dizer o que nós queremos botar aí e pedindo a tua ajuda para botar isso de uma
201 forma clara. A nossa intenção aqui, por favor, os membros da câmara, se eu
202 estiver dizendo alguma impropriedade, me corrijam. Eu estou dizendo da forma
203 como eu entendi as discussões que aconteceram aqui. A nossa intenção é que o
204 tratamento dado ao resíduo importado seja o mesmo do resíduo nacional, aí nós
205 não estamos ferindo ninguém, está tudo beleza e direitinho. Agora como é que eu
206 posso colocar isso na Resolução? Uma vez que eu para ter todas as informações
207 sobre o resíduo ou eu tenho isso previamente ao embarque e aí eu tenho uma
208 dificuldade que é essa que a Zilda está colocando, quer dizer, quem vai fazer essa
209 avaliação se é prévio ao embarque? Se eu estou entendendo você está me
210 dizendo que eu não tenho como fazer prévia ao embarque, só tenho que fazer
211 quando chegar aqui.

212

213

214 **SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Diretora de Ambiente Urbano do**
215 **Ministério do Meio Ambiente)** – Não. O que você pode... Márcio de novo toda
216 aquela justificativa que eu dei. Os sistemas eu não tenho como controlar a
217 importação de resíduos, o Brasil é signatário da Convenção de Basileia, o sistema
218 de controle de resíduo tem que estabelecer o disposto na Convenção. O disposto
219 da Convenção, o texto da Convenção que o Brasil ratificou e assinou, é País
220 signatário, cumpre, ele dá duas exceções para importação, perdão, ele dá duas
221 proibições que é importação de resíduos de incineração e importação de resíduos
222 domésticos. O mecanismo de controle é pelas categorias de resíduos, o
223 entendimento é de que o País gerencia o seu resíduo e eu não posso proibir a
224 importação de resíduos porque eu não tenho capacidade de gerenciar aquele
225 resíduo, ou eu tenho algum tipo de restrição. Então, o Brasil proibiu durante anos

226a importação de pneus usados, você acompanhou bem isso, por questões de
227saúde e meio ambiente, não era por questão de gerenciamento, o Brasil fazia o
228gerenciamento do seu passivo e nós provamos isso na OMC. Então assim, eu não
229tenho gatilho possível nem do ponto de vista ambiental e nem do ponto de vista de
230Comércio Exterior, de proibir, estou falando em termos gerais, não estou falando
231na Resolução especificamente. Primeiro, de aquilo que nós discutimos ontem, que
232eu vi que não está mais aqui no texto, de dizer que só vou aceitar a importação
233desse resíduo por empresas que sejam elas que processam o resíduo. Eu não
234tenho como fazer isso na prática, no controle da importação, posso colocar CN e
235NCM para o Ibama controlar, mas o Ibama não tem como controlar isso na prática
236porque a regra de comércio brasileira ela permite que tenha uma tradin, você
237acompanhou isso muito bem, Márcio, quando nós começamos a jogar as
238empresas que tinham LCVM dentro do CTF e nós nos deparamos com um monte
239de tradin, de terceirizadas, o cara importa por livre conta, por mandato de um
240terceiro. Então, não tenho como fazer isso. Então, o que eu estou dizendo aqui é o
241seguinte, o que eu posso dizer, o que eu acho que nós podemos dizer nessa
242Resolução é que a unidade que vai processar o resíduo para ser utilizado como
243matéria-prima, vai ter que informar isso previamente ao órgão ambiental, o órgão
244ambiental vai fazer a análise daquele resíduo que ele está, isso é possível é
245possível, é possível ele importar uma amostra, ou ele solicitar amostras de
246laboratório reconhecido por regramento internacional lá fora, traz isso para o órgão
247ambiental, o órgão ambiental avalia e autoriza ou não. O Ibama pode, isso é um
248procedimento interno, mas o Ibama pode, na hora que ele ver, sabe que aquela
249tipologia de resíduo normalmente é importada para fins de micronutriente, pode
250colocar em exigência e pedir a autorização do órgão ambiental. Os analistas do
251Ibama podem fazer isso naquelas categorias que nós já comprovamos.

252

253

254**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
255**CTQAGR)** – Uma outra maneira, talvez mais operacional, seria...

256

257

258**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Diretora de Ambiente Urbano do**
259**Ministério do Meio Ambiente)** – Só que isso, Márcio, eu não posso dizer aqui na
260Resolução que nem estava no texto anterior, que vai ser garantida as mesmas...
261Porque isso não vai ocorrer na prática, vai ter que uma avaliação, ela é
262necessária, eu não estou dizendo que não seja necessária, mas ela não... Se for
263autorizada pelo órgão ambiental que é quem controla aquela unidade que
264processa, ela vai ter que ter um tratamento específico porque é um resíduo não
265está aqui no Brasil, está lá fora. Então, quando coloca... Eu fico um pouco
266preocupada, como é que o órgão estadual de meio ambiente que licencia aquela
267unidade vai avaliar possibilite a identificação da unidade geradora e caracterização
268do resíduo?

269

270

271 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
272 **CTQAGR)** – Zilda, isso eu acho que não deve ser uma preocupação nossa porque
273 se ele não conseguir garantir ele não permite importar e pronto, está resolvido o
274 problema. Eu acho que essa, eu acho que nós mantemos este texto e joga essa
275 responsabilidade a quem tem essa responsabilidade que é órgão que vai
276 autorizar. A questão que eu estou vendo aqui, Zilda, que eu acho que talvez possa
277 resolver essa questão que você está trazendo, e aí já consulto todos é o seguinte:
278 nós... De fato mesclar o um com o três e criar um terceiro que diz o seguinte: o
279 órgão ambiental, que seria talvez o segundo, o órgão ambiental responsável por
280 essa autorização fica responsável por comunicar ao Ibama as autorizações
281 concedidas. Fazer o contrário, ao invés do Ibama quando receber o pedido de
282 importação consultar previamente o órgão, não, o órgão no momento que ele
283 aprovou a importação ele avisa o Ibama e aí o Ibama já sabe que aquela ali ele
284 pode autorizar porque tem ela autorização do órgão ambiental. Ou então o Ibama
285 vai simplesmente negar sem precisar consultar ninguém. Chegou ali o Ibama
286 nega.

287

288

289 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Diretora de Ambiente Urbano do**
290 **Ministério do Meio Ambiente)** – Mas no ato da importação o Ibama não sabe
291 necessariamente que aquilo é matéria-prima para micronutriente. Ou sujeito pode
292 declarar alguma NCM que não é controlada pelo Ibama dentro da 452. Então, têm
293 essas duas coisas. Eu acho que essa tua proposta poderia ser uma proposta boa,
294 do órgão ambiental comunicar ao Ibama. Entendeu? Pode ser uma proposta boa,
295 mas eu continuo achando que esse § 3º é inócua perto do 1º.

296

297

298 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
299 **CTQAGR)** – Concordo com você, acho ótima essa contribuição, é importante,
300 assim, eu te pedi essa janela na tua agenda justamente para nós tentarmos
301 arredondar este Artigo porque ontem naquela brincadeira ali, fica aquele negócio,
302 cada vez que eu saio vocês mexem no texto e depois eu volto e já não serve.
303 Então eu disse: “bom, aproveitar que a Zilda está aqui e vamos passar um pente
304 fino nesse negócio para nós não termos mais essa”... Senão vamos estar nessa
305 discussão lá no plenário, que é pior. Então, vamos tentar arredondar isso aqui logo
306 antes que caiam nos órgãos de comércio e importação que também podem
307 questionar isso. Ok?

308

309

310 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Diretora de Ambiente Urbano do**
311 **Ministério do Meio Ambiente)** – Márcio, eu tenho que descer.

312

313

314 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
315 **CTQAGR)** – Tudo bem nós vamos trabalhar assim então.

316

317

318A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Diretora de Ambiente Urbano do
319Ministério do Meio Ambiente) – Mas eu acho que fica esse lembrete...

320

321

322O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da
323CTQAGR) – Ótimo. Eu acho que já contribuí agora, acho que todos entenderam
324qual é o óbice, nós tentamos arredondar com a ajuda do Gilberto que tem
325experiência de operar.

326

327

328A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Diretora de Ambiente Urbano do
329Ministério do Meio Ambiente) – Eu acho que se nós tivermos critérios técnicos
330para limitar é muito mais produtivo do que colocar alguma coisa. Só proibir e como
331é que eu vou avaliar quem vai controlar essa proibição? Só isso,

332

333

334O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da
335CTQAGR) – isso está perfeito. Nós estamos indo nessa linha, a questão é
336exatamente como controlar. Obrigado Zilda. Não sei se ficou claro para todos e se
337concordam com essa possibilidade de melhoria. Alfredo.

338

339

340O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São
341Paulo) – Pela minha visão realmente fica difícil nós tentarmos de alguma maneira
342interferir na importação previamente. Então, eu deixaria, eu aceitaria essa í, mas
343eu acho que manteria a coisa, tentar manter a coisa de rastreabilidade. O cara
344sabe, ele vai usar para micronutriente, ele tem que estar mandando papel, e lá em
345São Paulo não tem dúvida, nós fazemos auditoria, vai lá e pega uma amostra,
346analisa, tem ‘trocentos’ milhões de PPM de uma substância tóxica. “Você é
347estrangeiro, você goza de prerrogativas favoráveis na coisa Convenção da
348Basiléia, mas você é mentiroso”. E daí você pode... Cassar treco aí, aumenta a
349cassa, não está proibindo a importação, mas cassa a autorização de usar. Então
350isso eu acho que tem que ter aí. É essas coisas que às vezes eu falo e a Zilda fica
351brava com isso, mas isso tem que ter. Ela fica brava com isso também, ela é
352assim, sendo um resíduo importante vale tudo é isso me deixa incomodado, se
353nós pudermos manter a rastreabilidade acho que fica bom.

354

355

356O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da
357CTQAGR) – Tudo bem. A posição da Zilda é de quem já vivenciou isso, e já
358sofreu com essas dificuldades de conseguir regulamentar, que, aliás, nós também,
359tanto eu quanto o Gilberto já vivenciamos isso de maneiras diferentes e
360intensidades diferentes, mas também já vivenciamos isso. Então, a sugestão que
361eu faria, vamos só esperar a nossa operação ali, mas era nós fundirmos o 1º no
3623º. Então, eu acho que tem que ficar: a unidade produtora de fertilizante e

363micronutriente, deverá consultar previamente o órgão ambiental. Aí ao invés do
364competente teria que ser o órgão ambiental responsável pelo licenciamento
365ambiental da unidade produtora. Eu acho que esse seria o que nós traríamos do
3661º para o 3º. Minha sugestão aqui em voz alta para vocês avaliaram, e o resto nós
367mantemos como está no 3º. A única alteração seria trocar no 3º o competente pelo
368órgão responsável, pelo órgão ambiental responsável pelo licenciamento.

369

370

371**O SR. GILBERTO (Ibama)** – Ibama, Gilberto, bom dia. Na verdade, o resíduo que
372ele antes de ser importado ele tem que ter essa condição de ser um resíduo
373elegível, esse processo de tornar um resíduo elegível, mesmo que ele seja de
374fundo importado ele é feito pelo órgão ambiental, que licencia a unidade fabricante
375do micronutriente porque o gerador está lá fora. Então, têm dois momentos,
376primeiro, a iniciativa de você trazer um resíduo, analisá-lo e torná-lo elegível, e
377posteriormente você tem a questão de autorização de importação feita somente e
378exclusivamente pelo Ibama via Siscomecs. Então, você tem dois momentos,
379primeiro você tem a intenção de trazer o resíduo, daí você tem a eleição, torna ele
380um resíduo elegível com as condições de rastreabilidade, esse é um processo
381adequado ou não, se ele mantém as características ao longo do tempo e depois
382você autoriza a importação regular por meio dos instrumentos do Comércio
383Exterior. Então, eu acho que tem que estar claro no texto, o que não está agora,
384qual vai ser esse passo. Primeiro, o importador na verdade só pode ser unidade
385fabricante, isso até é uma limitação que tem na 452, que se for feito por um
386terceiro você tem que apresentar um contrato entre partes de que aquele resíduo
387só vai ser utilizado no fim, mas isso já está na 452, não precisa colocar aí. O
388primeiro momento então é a unidade geradora deve obter, deve obter autorização
389para aquele resíduo, tornar ele resíduo elegível.

390

391

392**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
393**CTQAGR)** – Gilberto, acho que nós não precisamos ser tão detalhados na
394redação, veja, nós estamos dizendo, a unidade produtora de fertilizante e
395micronutriente deverá consultar previamente o órgão ambiental, por favor,
396Adriano, eu quero avançar um pouco porque senão nós vamos ficar. Entendi a tua
397preocupação e acho que ela está contemplada, vamos ver. A minha sugestão é:
398tira o competente e coloca aí responsável pelo licenciamento ambiental da
399unidade produtora. Pode até botar nos termos dessa Resolução, botar tudo, só
400cópia lá de cima, Adriano, está pronto lá em cima. Então vamos lá, a unidade
401produtora, pode botar até § 1 aí porque isso vai virar um. A unidade produtora de
402fertilizante e micronutrientes, deverá consultar previamente o órgão ambiental
403responsável pelo licenciamento da unidade produtora nos termos dessa
404Resolução sobre a elegibilidade da utilização do resíduo a ser importado, nos
405termos do Artigo 19 dessa Resolução, prestando todas as informações que
406possibilitem a identificação da unidade geradora e a caracterização de resíduo.
407Está matando essa tua preocupação. Agora nós temos que ir para o segundo

408passo, que é dizer que aí seria o § 2º que é dizer o que o órgão ambiental tem que
409fazer.

410

411

412**O SR. GILBERTO (Ibama)** – Era essa a minha preocupação. O primeiro Artigo do
413capítulo de resíduos passíveis de utilização. Então, para um resíduo ser passível
414de utilização ele tem aquelas exigências previstas no Artigo 3, uma vez que o
415resíduo passa a ser elegível ele tem que cumprir com o Artigo 19. Então, você tem
416dois passos, tem um Artigo antes para tornar um resíduo elegível. É o Artigo 3.

417

418

419**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
420**CTQAGR)** – Então bota nos termos do Artigo 3º e do Artigo 19 dessa Resolução.
421Não serve? Eu sei que não é a mesma coisa, mas o órgão ambiental vai ter que
422fazer as duas coisas. Pode escrever aí Adriano, nós não pecamos por ousar,
423depois apagamos se estiver errado. Artigo 3º e 19 dessa Resolução. O que estou
424entendendo aqui? O que estou querendo fazer? Só para entender, Gilberto, onde
425eu quero chegar. A minha ideia é no § 1º dizer o que a unidade produtora tem que
426fazer, e no § 2º eu vou dizer o que o órgão ambiental tem que fazer. E aí nós
427faríamos um § 2º dizendo o órgão ambiental, então uma vez verificadas as
428condições a essa Resolução de legibilidade, rastreabilidade, e etc., e tal, teores...
429Inorgânicas e teor de substâncias orgânicas deverá previamente à importação
430avisar o órgão responsável pelo controle da importação que é o Ibama. Deverá
431comunicar ao Ibama.

432

433

434**O SR. GILBERTO (Ibama)** – Primeiro então o Artigo 3º ele vai tornar então o
435resíduo elegível, uma vez que o resíduo torna-se elegível a condição dele seguir o
436Artigo 19 é para condições dele manter a autorização dele.

437

438

439**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
440**Paulo)** – na verdade ele não vai tornar o resíduo elegível, ele vai ver se o se
441enquadra na categoria de elegível.

442

443

444**O SR. GILBERTO (Ibama)** – Isso. Então é a primeira coisa, a intenção, identificar
445a legibilidade. Perfeito. Feito isso o órgão então ambiental competente pelo
446licenciamento emite uma autorização e comunica o Ibama sobre a autorização da
447importação daquele resíduo e a condição para ele manter a licença também é o
448Artigo 19, uma vez que o resíduo está aqui.

449

450

451**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
452**CTQAGR)** – Então, vamos fazer o seguinte, Adriano, bota um ponto, a ser
453importado, ponto. Resíduo a ser importado ponto. Agora dá um enter, dá dois

454enter, deixa esse texto, dá dois enter aí. Agora cria o § 2º acima desse texto. Acho
455que não, bota só § 2º. Isso, bota aí § 2º. Aí nós vamos dizer pena que não está
456nem o Roberto e nem a Zuleika aqui para nos ajudar na redação, contamos com
457todos os outros membros da Câmara para tentarmos fazer uma redação descente.
458No § 2º nós diríamos então... Pois é. § 2º: o órgão ambiental... Vou escrever de
459maneira grosseira e depois nós melhoramos. O órgão ambiental para... Ou melhor
460dizendo, para a autorização de uso de resíduo importado, depois nós melhoramos,
461o órgão ambiental deverá garantir o atendimento das condições de elegibilidade
462constantes no Artigo 3, nas condições, na verdade é toda a Resolução, mas
463queremos pontuar coisas que são fundamentais. Deverá garantir o atendimento
464das condições de elegibilidade constantes no Artigo 3º, as condições, os teores
465mínimos de...

466

467

468**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
469**Paulo)** – Márcio posso sugerir um coisa? Para autorização do uso o órgão
470ambiental deverá verificar, não garantir, deverá verificar o atendimento das
471condições de elegibilidade do resíduo, bem como as demais condições
472estabelecidas nessa Resolução.

473

474

475**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
476**CTQAGR)** – É isso. Mas eu acho que nesse caso aqui nós temos que ser bem
477explícitos. A minha sugestão é sermos bem explícitos. Eu vou até botar as demais,
478mas antes eu queria destacar pelo menos aquelas que são fundamentais, que é:
479elegibilidade do resíduo, teores mínimos de micronutrientes e teores máximos de
480substâncias contaminantes, inorgânicas, para corrigir o termo que estamos
481usando. Então, Adriano, se você está acompanhando, em vez de garantir depois
482de deverá você bota verificar. Deverá verificar o atendimento das condições de
483elegibilidade constantes no Artigo 3º, os teores mínimos de micronutrientes. Como
484chamamos isso lá no Artigo 7º? Então, são os teores mínimos de elementos de
485interesse agrônômico, referidos no Artigo 7º, de elementos de interesse
486agrônômico constantes no Artigo 7º, os limites máximos de... No Artigo 7º, os
487limites máximos de substâncias inorgânicas nos resíduos, de acordo com o Anexo
488II. E aí a minha dúvida e agora consulto vocês, se nós colocamos como o Alfredo
489sugeriu, e as demais exigências dessa Resolução.

490

491

492**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
493**Paulo)** – Talvez, pensando melhor isso é para aprovar, o resto vem no decorrer do
494processo. Certo? Então deixa só isso. Não sei. Porque isso é para ele aprovar e
495daí em algum lugar também nós podemos dizer que tem de alguma maneira
496manter as condições de rastreabilidade, vai ficar faltando, mas isso vem ao longo
497do tempo, não sei se pode dizer nesse momento.

498

499

5000 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Vamos lá. Só para
501fechar isso aí então. Para autorização de uso do resíduo importado o órgão
502ambiental deverá verificar o atendimento das condições de elegibilidade... E no
503final então fica e os limites. Então nós teríamos depois um § 3º dizendo: após a
504aprovação da importação, não da importação, após a aprovação do uso, ou uma
505vez, a partir da aprovação ou após a aprovação. Após a autorização de uso que é
506o termo que nós estamos usando, após a autorização de uso o órgão ambiental
507deverá comunicar ao Ibama, deverá comunicar ao Ibama, deverá encaminhar ao
508Ibama essa autorização, talvez seja assim, ou comunicar ao Ibama a autorização.
509Deverá informar ao Ibama... Por isso que eu tinha pensado, após autorização de
510uso, como essa autorização é um documentos, ele poderia encaminhar ao Ibama.
511

512

513**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
514**Paulo)** – Eu tive uma ideia. Inverter. A autorização de uso pelo órgão ambiental
515deverá ser informada ao Ibama para que sejam adotados os procedimentos
516devidos de importação.

517

518

519**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
520**CTQAGR)** – Ótimo. A autorização de uso. Agora vai Alfredo.

521

522

523**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
524**Paulo)** – A autorização de uso pelo órgão ambiental deverá ser informada ao
525Ibama para continuidade dos procedimentos.

526

527

528**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
529**CTQAGR)** – Para as providências de autorização da importação.

530

531

532*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

533

534

535**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Nós nos vimos
536assim, eu espero que ele tenha essa imagem.

537

538

539*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

540

541

542**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
543**CTQAGR)** – Sim. Fica tranquilo.

544

545

546 **O SR. ALDO CARVALHO DA SILVA (Governo do Estado da Bahia)** – A
547 autorização de uso pelo órgão ambiental X...

548

549

550 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Responsável pelo
551 licenciamento.

552

553

554 **O SR. ALDO CARVALHO DA SILVA (Governo do Estado da Bahia)** – Deverá
555 informar ao Ibama, que é um órgão ambiental informando a outro órgão ambiental.
556 De repente pode causar uma confusão no menos avisado que está lendo.

557

558

559 **A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – Isso que eu queria
560 colocar, porque no capítulo 20 fala das atribuições dos órgãos ambientais, se isso
561 não cabe ser deslocado para o Artigo 20, que lá tem exatamente o que os órgãos
562 ambientais devem fazer.

563

564

565 **O SR. GILBERTO (Ibama)** – Na verdade isso é uma disposição geral, e isso é
566 como se fosse uma exceção prevista, que é a questão dos importados. Ele vai ter
567 que além de seguir toda a Resolução vai seguir isso a mais. Então, está no
568 começo, mas...

569

570

571 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São
572 Paulo)** – Lá na frente tem que dizer também.

573

574

575 **A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – Pois é, isso que teria
576 que estar...

577

578

579 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São
580 Paulo)** – Agora, eu não entendi a sua preocupação do órgão ambiental, comunicar
581 ao órgão ambiental.

582

583

584 **O SR. ALDO CARVALHO DA SILVA (Governo do Estado da Bahia)** – Para nós
585 aqui está tranquilo, de repente o usuário da norma, um órgão ambiental deverá
586 informar ao Ibama, e que órgão ambiental é esse? Que tem o órgão ambiental
587 Municipal, tem órgão ambiental Estadual. Responsável por aquele... Porque
588 assim...

589

590

591 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
592 **CTQAGR)** – Adriano, § 1º tem a descrição do órgão ambiental, responsável pelo
593 licenciamento da unidade produtora. Pode botar isso toda vez que aparece órgão
594 ambiental aí embaixo. Bota no Artigo 2º também, no § 2º.

595

596

597 **O SR. ALDO CARVALHO DA SILVA (Governo do Estado da Bahia)** – Porque
598 nós sabemos que está em curso no país toda uma reviravolta em relação às
599 competências. Então assim, exato. Essa reviravolta depois da 140 agora
600 principalmente, os Municípios não sabiam de nada e agora estão sabendo menos,
601 você viaja por aí... Entendeu? Aí o prefeito recebendo uma série de atribuições
602 que ele nem sabia que o Estado tinha e agora ele tem. Entendeu? Quem trabalha
603 com órgão estadual e viaja pelos territórios estaduais conversando com prefeitos e
604 secretários é que sabe que esses caras não sabem de nada.

605

606

607 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
608 **CTQAGR)** – Deverá ser informado ao Ibama para adoção, para, nós podemos
609 botar para aprovação da importação, ou para adoção das providências, para
610 adoção das devidas providências quanto à importação. Agora, vamos voltar
611 porque ficou faltando. Para mim os Artigo 19 e as demais coisas do... Ou nós
612 criamos um § 4º ou enfia no 2º.

613

614

615 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
616 **Paulo)** – Só para dar uma acertadinha, têm um lá que tem uma coisa repetida,
617 Adriano. Volta no Artigo 1º aí, § 1º aí. A unidade produtora de fertilizante deverá
618 consultar previamente o órgão ambiental responsável pelo seu licenciamento, pelo
619 licenciamento da unidade produtora... Ficou repetitivo, vamos acertar aí, está
620 vendo? Todos eles falam unidade produtora, responsável por seu licenciamento,
621 não sei.

622

623

624 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
625 **CTQAGR)** – Está certo. Pode ser. Pegou aí Adriano? Pelo, deixa aí, só escreve
626 seu. E depois de licenciamento tira a unidade produtora, que ela já está citada lá
627 em cima, nos demais sim fica unidade produtora porque ela não está citada. Para
628 autorização... Importada. Vai para o § 3º, autorização de uso pelo órgão ambiental
629 responsável pelo licenciamento deverá ser informado... Eu não sei se precisa
630 dizer, agora falar do 19 e do 20, porque a rigor, essa é uma dúvida, a rigor um vez
631 o resíduo sendo importado ele vai ter que fazer o resto tudo que está previsto na
632 Resolução. Está Ok? Então podemos apagar isso aí. É uma pena que nós não
633 tenhamos nos dado conta disso ontem e não tenha podido contar com a presença
634 da Doutora Zilda ontem, mas eu acho que é importante nós darmos essa
635 arredondada, esse tema rede dada o tema da importação é um tema que replica
636 sobre vários outros órgãos, outras competências e outras legislações de comércio.

637Então é delicado nós temos que ser precisos aqui para não ferir outras
638legislações. E sem perda de segurança que é o que nós queremos.

639

640

641**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
642**Paulo)** – Eu só queria fazer uma observação, essa Resolução está saindo porque
643nós estamos sendo muito teimosos, porque tem umas coisas que desde o começo
644ninguém queria nós fomos teimando e fomos polindo, polindo até que nós vamos
645ficando da maneira... *(Risos!)*

646

647

648**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
649**CTQAGR)** – Estamos teimosos demais. Bom, então agora vamos fazer uma
650pausa. Eu acho que esse texto nós tínhamos aprovado o texto, a rigor nós não
651voltaríamos a ele, mas com essa presença aqui da Zilda pela manhã eu tomei a
652liberdade de consultá-la em relação ao texto, da forma como tinha ficado e extra a
653nossa combinação acabamos gerando uma nova inserção no texto, mas eu acho
654que está justificada. Podemos então retomar a nossa pauta do ponto que nós
655tínhamos previsto que era avaliação do documento do Ministério Público. Não sei
656se todos tiveram a oportunidade de lê-lo, não sei se alguém quer se manifestar em
657relação ao texto?

658

659

660**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom dia a todos.
661Proam que encaminhou esse parecer em função da dificuldade de que ele tenha
662chegado aqui de última hora, o Doutor Márcio não teve acesso ao seu e-mail
663pessoal, mas felizmente nós conseguimos trazer para a Comissão, para esse
664debate. Eu queria colocar aqui com relação ao parecer é que ele contempla as
665nossas inquietações, as preocupações do Proam, do Planeta Verde que é uma
666entidade especializada na área jurídica e também da Furpa, do Soares que está
667aqui presente, além disso, esses parecer também contempla a preocupação do rol
668de entidades de ambientalistas cadastradas em São Paulo, o boletim de entidades
669ambientalistas que assinaram, se manifestaram contrariamente à edição dessa
670Resolução em função de algumas questões que seriam determinantes para a
671segurança do ambiente e da saúde pública. Então, eu gostaria de dizer que nós
672estamos dispostos aqui a defender o parecer na sua íntegra, ele retrata o nosso
673pensamento, é a visão do movimento ambiental. Ele tem um forte componente
674jurídico que certamente vai ser dirimido na área jurídica, na Câmara Técnica de
675Assuntos Jurídicos e não nessa Câmara Técnica, mas ele traz questões aqui de
676conteúdo, de mérito também que vale a pena nós nos debruçarmos sobre isso.

677

678

679**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
680**CTQAGR)** – Deixo a palavra em aberto para os membros da Câmara a partir da
681leitura do documento, para expressarem a sua visão do documento e, enfim, uma
682avaliação do conteúdo do documento frente ao nosso histórico de discussão.

683

684

685 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
686 **Paulo)** – Posso só fazer um resumo e daí vai detalhando. Bom, tem uma série de
687 questões e todas essas preocupações que são apontadas ainda aqui pelo
688 Ministério Público elas já surgiram desde o encontro técnico, aliás, é por isso que
689 foi feito o encontro técnico em 2008, para que houvesse um Fórum onde todo
690 mundo trouxesse colaborações. Então, vamos entender as preocupações e como
691 isso foi tratado sempre na ótica do órgão ambiental do Estado de São Paulo, que
692 nós começamos com essa história lá, tínhamos as nossas regras lá que também
693 foram questionadas em São Paulo pelo Ministério Público, por conta desses
694 questionamentos elas foram sendo aprimoradas. No nosso entendimento, não
695 para o Ministério Público, ao longo do tempo. Bom a primeira questão é assim, se
696 nós tratarmos essa questão do uso do resíduo para fabricar micronutriente
697 isoladamente do contexto da fabricação de fertilizantes tradicionais com matérias-
698 primas tradicionais, nós íamos dizer que realmente estaríamos cometendo uma
699 heresia ao pensar nisso. Só que o que entra aí? Entra que quando você fabrica o
700 fertilizante tradicional também você está usando matéria-prima natural que vem
701 com esses metais que nós estamos chamando de substâncias inorgânicas a
702 controlar. Então, a partir desse momento nós pensamos vamos ver como nós
703 conseguimos fazer algo utilizando o resíduo, que seja mais restritivo, muito mais
704 restritivo do que a prática agrícola tradicional, porque dessa maneira nós
705 estaremos fazendo essa coisa bem a favor da segurança. Então, até já
706 apontando, é por essa razão que nós não adotamos aqui no nosso modelo Cetesb
707 a mesma lógica de que se tem 15% de teor do micronutriente eu multiplico por 15,
708 se tiver 80% eu vou multiplicar por 80. Nós temos uma lógica mais conservadora,
709 por quê? O segundo rol de questionamentos é a falta... Esse é um
710 questionamento geral do Brasil em todas as instâncias, que a falta de controle da
711 maneira como que as práticas agrícolas são praticadas. Então, aquela história de
712 dizer: “eu tenho mais micronutriente no meu negócio, então vou estar aplicando
713 menos e posso ter mais metal, que por tabela estou pondo menos metal ou menos
714 substância inorgânica”? Nós não estamos contando com isso a favor da
715 segurança porque pode ter lá algum, como é que fala? Algum produtor agrícola
716 que segue direitinho as regras, mas tem o ignorante que vai achar que quanto
717 mais puser mais ele vai ter fertilidade no solo e ele não percebe que pode estar
718 até matando as plantas. Ou seja, esses N argumentos procedentes da prática
719 agrícola como ela tem sido praticada não convencem o Ministério Público e cá
720 entre nós não convencem muito aos órgãos ambientais, porque nós sabemos que
721 aí não tem realmente grandes controles. Então, a diferença é que no documento
722 do Ministério Público ele queria evoluir, esperar evoluir o controle das práticas
723 agrícolas, a evolução de parâmetros ambientais para as práticas agrícolas, isso
724 nós enfrentamos quando fizemos a Resolução de Solos, já começou a aparecer a
725 prática agrícola aí como alguém que interfere em qualidade de solo. Então, esse é
726 grande primeiro nicho de questionamentos que nós tentamos responder. Tudo
727 bem, nós não podemos confiar 100% no que é feito hoje na prática, vamos fazer
728 algo tradicional e conservador ao fazer o modelo de prática agrícola que nós

31

16

32

729 vamos usar para ver quanto da substância inorgânica estaria sendo depositada.
730 Então, isso é um grande nicho de coisas que não se fechou lamentavelmente um
731 consenso ao longo de dois anos de discussão, em dois GTs e em duas Câmaras
732 Técnicas. Por isso que eu falei, olha, se tudo isso não fechou não sei como fica,
733 nós vamos levar até o fim da Resolução para ver se em algum momento tem uma
734 luz para fechar ou não. Então, esse é o primeiro nicho. O segundo nicho de
735 questionamentos tem a ver com qualidade de solos. Então primeiro, prática
736 agrícola, segundo qualidade de solos. Nós estamos começando a gerar bancos de
737 dados de qualidade de solo, realmente os Estados estão fazendo os seus valores
738 de referência e qualidade de solo limpo que implica ter metais naturalmente, não
739 sabemos quanto, mas tem, tem muito, Minas tem assim absurdamente muito, São
740 Paulo tem mais ou menos e pode ser que algum Estado tenha bem menos,
741 dificilmente vai ter algum Estado com mais do que Minas, Pará e esses Estados
742 pode ter igual Minas ou pouquinho, eu não sei, mas todo mundo está começando
743 a fazer. Também gente, tem muito estudo e muito trabalho de avaliação de
744 qualidade de solo agrícola, isso foi apresentado extensivamente pelo setor
745 produtivo ao longo do processo, está aí documentado em seminários, nos laudos
746 e etc., que não dá para dizer que não tenha dado nenhum de qualidade de solo,
747 tem muito. Os dados indicam que felizmente nós ainda não estamos poluindo a
748 qualidade dos solos, poluindo os solos, felizmente. Então, nós entendemos que dá
749 para começar alguma coisa usando o nosso modelo, agora entrando no modelo
750 da Cetesb, o valor de prevenção como um limite da concentração a ser colocada
751 no solo dessa substância inorgânica, depois de uma prática agrícola que é mais
752 favor da segurança possível que não ocorre, que são as 100 aplicações, é uma
753 taxa de 400 e tal, usando o fator de fitodisponibilidade adicional de 0,6 e etc. e
754 admitindo que apesar de ter muito mais teor de micronutriente no resíduo nós
755 estamos só considerando 1%. Ou seja, no nosso modelo Cetesb que é
756 extremamente criticado tudo é extremamente a favor da segurança, leva a valores
757 que nós entendemos que pode ser até restritivos demais na visão de quem
758 enxerga essa coisa na prática e não na teoria da precaução. E o modelo da
759 Cetesb o que é? Nada mais é do que fazer uma conta baseado quanto que eu
760 aplico do treco no solo via prática agrícola usando a favor da segurança todos os
761 parâmetros balizadores. Agora vem uma resposta ao pessoal da saúde. Gente, eu
762 já conversei sobre essa Resolução, assim, longas horas com todos os atores, o
763 pessoal da Saúde, Avaliação de Risco à Saúde, promotores de justiça no Estado
764 de São Paulo, o que eu coloco é o seguinte, tudo bem nós nunca vamos ter uma
765 garantia absoluta que o valor de prevenção realmente é um valor muito a favor da
766 segurança com relação à saúde, nós não temos essa garantia de nada, tudo. Nós
767 comemos coisa e andamos na rua, ou seja, a sociedade não teria risco zero nem
768 vivendo nas cavernas, ela pode ser atacada por um bicho e morrer. Então, por que
769 nessa sociedade altamente tecnológica nós temos que ter segurança total. Então
770 eu falei: “olha, eu sou Engenheiro”. Daí entrou o Engenheiro. E é um embate que
771 eu tive e vou dizer, eu participei junto com o grupo do Ministério da Saúde para
772 criar os protocolos de avaliação de pessoas expostas a riscos químicos em área
773 contaminada, a primeira reunião fui chamado de insensível e as médicas e
774 enfermeiras presentes queriam que me expulsassem da sala. Eu falei: “não, pelo

775amor de Deus"! Eles falaram; "aqui tem uma dose de incerteza, uma grande dose
776de arbitrariedade". Sei lá. "Que é um Engenheiro, que é um Matemático que vai
777nos ajudar a equacionar". Porque aquela coisa de como fazer a avaliação de risco,
778qual é o nível de risco aceitável. Então gente, fechando aí eu acho que mais ou
779menos eu esclareço tudo, daí só o último ponto. Por segurança o Ministério
780Público ao longo do tempo evoluiu de uma posição que tinha que proibir o uso de
781micronutriente e coibir para, tudo bem, eu aceito, mas desde que trate tudo. Nós
782fizemos uma meia dúzia de seminários e eventos aonde vieram especialistas dizer
783que isso é possível, é cientificamente possível, é tecnicamente possível, mas na
784prática nós não vimos ninguém tratando ainda dessa maneira, pelo menos assim,
785tratando para tirar substâncias inorgânicas de um resíduo sólido, para esse uso
786porque é lógico que tirar a substância inorgânica de matriz líquida para não jogar
787no rio, isso é feijão de arroz, é B a Ba de tratamento. Está claro? Então todos
788esses tópicos, sempre à luz que nós estávamos sendo alertados de que poderia
789estar cometendo a heresia de pôr coisas tóxicas nos nossos alimentos, a
790Resolução tratou com o maior rigor, inclusive essa coisa de não deixar por conta
791do órgão ambiental a decisão de qual resíduo usar, nós dizemos o elegível e ainda
792tem que vir o teor mínimo de nutrientes e tem que vir o teor máximo de
793substâncias inorgânicas, que na nossa tabela está hiper, hiper conservativo,
794realmente hiperconservativo. Então, na minha visão de alguma maneira todos os
795questionamentos que estão aí do Ministério Público ao longo do tempo nós
796tentamos esclarecer e debater, não chegamos a um consenso de visão. Então, eu
797acho que fiz o resumo dos pontos e agora cada um tem algum específico aí.

798

799

800O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da
801**CTQAGR) – A palavra continua aberta.**

802

803

804O SR. ALDO CARVALHO DA SILVA (Governo do Estado da Bahia) – Primeiro
805eu queria ratificar e deixar claro que... Ratificar a palavras do nosso presidente
806ontem nas quais ele fez questão de dizer do profundo respeito que ele sempre
807teve, e faço minhas as palavras dele em represento ao Ministério Público, ao
808papel do Doutor Bocuhy aqui na sua representatividade, e pela sua experiência e
809pela sua história como um pessoa que vem defendendo principalmente as
810questões ligadas à precaução, e aí Doutor Bocuhy, eu queria fazer um comentário
811sobre esse documento, de fato ele tem muitas coisas interessantes e importantes
812para que nós possamos refletir numa leitura até mais reflexiva, talvez depois
813daqui, mas uma coisa me deixou, me forçou a fazer um comentário. Afirma-se
814aqui nesse documento que os representantes do GT e Câmara Técnica quanto ao
815desenvolvimento de discussões, houve um interesse em virtude de querer ouvir ou
816admitir novas tecnologias de discutir. É na página 12, Doutor Bocuhy, no terceiro
817parágrafo. E aí isso me remete a um questionamento, nós nessas discussões
818concentramos os nossos esforços e nossas energias em tratar dos níveis. Então,
819o importante para nós era saber que teríamos que ter níveis mínimos e realmente
820não discutir tecnologias, talvez não tenha havido um desinteresse, mas sim evitar

821se perdesse o foco nos cálculo dos níveis porque uma vez você determinando que
822níveis não podem ultrapassar X, a tecnologia talvez fosse algo nesse momento da
823discussão para construção dessa norma não tão relevante. Talvez tenha sido essa
824a ideia de se tratar os níveis, e as discussões foram muito contundentes nesse
825sentido do ponto de vista químico, matemático e etc.. Então, eu creio que a
826palavra interesse talvez não se aplique a isso tudo. Eu sou uma pessoa jovem no
827grupo, eu tenho apenas alguns meses e esse trabalho já se prolonga há anos,
828portanto, apesar de ter a formação em Química eu passei... O início da minha
829participação tem sido muito mais de observar em percentual relativamente baixo
830em relação a algumas pessoas de contribuição, mas eu observo, eu senti nas
831primeiras discussões em que eu estive presente e que foram acaloradas, que nós
832estávamos sendo mais conservadores do que a 420, do MAPA, não é isso? E é
833uma Resolução que já existe e que já é praticada em termos agrícolas, e nós
834fizemos questão inclusive de ter aquele fator de 06 da proposta adicional que veio,
835que era uma tentativa de não ofender a do extremo esquerdo e a do extremo
836direito, digamos assim. E me pareceu algo coerente no sentido de que nós
837estamos aqui procurando um posicionamento conciliador, que foi algo que o nosso
838coordenador sempre lutou nesses muitos anos de experiência dele trabalhando
839com Câmaras e debates nessa área. E isso tornou ainda mais conservador os
840valores que estávamos tratando. Eu lamento, apenas que tenha acontecido esse
841episódio de ontem, dessa outra... Dessa descoberta de um novo cálculo que não
842necessariamente está inserido nesse documento, que pode ser motivo de
843discussão posterior, mas eu tenho essas observações a fazer. E sintetizando a
844minha fala a respeito do documento, ele não traz, digamos assim, nada de novo,
845mas traz um posicionamento muito bem à luz da leitura dos nossos colegas do
846Ministério Público, comentários que nos remetem a repetições como toda fala de
847qualquer pessoa que se pronuncia aqui, com seu ponto de vista e com seu
848interesse. E eu acho que isso é que faz a beleza da discussão democrática,
849madura e enriquece o debate sobre esse assunto. É uma pequena que são 8
850anos, 8 anos, Doutor? Mais de 8 anos? Era esse o questionamento que eu tinha
851para fazer, Doutor Bocuhy. Agradeço a oportunidade.

852

853

854**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
855**CTQAGR) –** Ok. Doutor Francisco, por favor.

856

857

858**O SR. FRANCISCO SOARES (FURPA) –** Eu vi que durante todo esse período
859nós avançamos bastante, eu e acho que avançamos bastante, mas até coloco
860também a preocupação do Alfredo que nós nunca vamos chegar aos 100%, mas
861eu gostaria que nós nos aproximássemos muito mais ainda desses 100%.
862Logicamente esse documento do Ministério Público nós concordamos em grande
863parte desse documento, não vou dizer na unanimidade, mas grande parte, porque
864ele externa aqui a preocupação com relação aos desdobramentos de todo o
865processo. E existem muitas... Ocorreram muitas discussões, mas que não ficaram
866claro, não houve consenso, não houve opiniões contrárias e nem pode também ter

867unanimidade. Então aquela unanimidade que eu também acho que não existe
868porque se existir ou não, toda unanimidade dizem que é burra, eu prefiro ficar no
869meio daqueles poucos que não vai ficar, deixar aquela interrogação porque disse
870que toda a unanimidade é burra, para depois dizer: “totós foram burros”. Não. Não
871que ninguém, que toda a maioria seja burra, quero apenas dizer que existe esse
872provérbio popular. Pois bem, esse documento do Ministério Público, Márcio, tem
873muito com relação ao princípio da precaução e o próprio Alfredo falou que usaram
874como base o modelo da Cetesb, de dois modelos de (01:04:16), com mais
875restrição para cobrir os improváveis imprevistos, mas eu confesso aos senhores, o
876nosso voto é contrário, que essa matéria já chegue ao plenário da Câmara
877Técnica de Assuntos, à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos ao plenário do
878Conama porque ela ainda precisa de mais umas discussões de alguns detalhes
879para que nós possamos chegar, Alfredo, mais próximos do 100%. Está certo? É
880essa a nossa opinião.

881

882

883**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Eu me desculpo porque eu estou tendo esse
884documento aqui agora, estava lendo, não deu tempo para ler, mas o pouco tempo
885que eu tenho de Câmara eu observei aqui os trabalhos, o desempenho de todos
886os Conselheiros, teve seminário de ambos os lados, trouxe o pessoal do Ministério
887Público, a CNI trouxe também o seu pessoal e eu com toda sinceridade, eu
888verifiquei sim que há condições de nós tocarmos esse trabalho, essa Resolução
889conforme nós estamos tocando ela. Vejo assim, Francisco, me desculpa, eu acho
890que é importante que passe pela Jurídica e vá a plenária. E outra coisa que eu te
891digo, essa Resolução daqui há 4 ou 5 anos pode ser revista sim, é uma Resolução
892que pode ser revista, ela não está aqui é essa e acabou definitivamente, ela pode
893ser revista. E tenho certeza que o assunto nela é complexo demais, confesso com
894você, mas eu sei que ela dá para ser tocada aqui. E foi discutido aqui na Câmara,
895eu me lembro, se era para ter Resolução ou não, e na votação foi definido ter
896Resolução. Então vamos tocar para frente, essa é minha opinião. Respeito o
897documento, viu Bocuhy? Eu acho que faria a mesma coisa também, eu acho que
898tem... Ambas as partes têm que estar realmente discutindo e é isso que está
899acontecendo, só que esse tempo que nós estamos aqui, poxa, teve extraordinária,
900teve um monte de reunião, o desgaste, não é só esse desgaste, coitado do meu
901amigo que apanhou muito, não é amigo? Ou está apanhando, não sei. Mas é isso,
902discussão é isso, senão não viria à Câmara Técnica, chegaria um faria um
903parecer, “não concordo”, acabou e pronto. Não. É discussão mesmo e vamos para
904frente. É a minha opinião, Márcio.

905

906

907**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
908**CTQAGR)** – Ok. Obrigado. Por favor, representante da Saúde.

909

910

911**A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – Já que nós somos
912grande parte interessada nisso, eu jamais concordaria com uma situação que

913fosse de por em risco a população brasileira e o bem do ambiente. Eu concordo
914com o idealizaria zero de contaminantes, essa é a posição sobre do Ministério da
915Saúde, nós teríamos zero, mas diante de tudo que foi colocado aqui eu também
916me sinto insegura porque eu vi o documento agora, apesar de saber dele desde
917ontem eu não tive oportunidade de lê-lo, e me sinto insegura até para fazer certos
918comentários, mas com a posição agora do Evandro, da CNC, eu acho que nós
919também não podemos desconsiderar a plenária, por que então vai para uma
920plenária? Lá vão ser colocados outros pontos de vista, pode ser que ela retroceda
921para esta Câmara, pode ser que a Jurídica coloque a proposição dela. Então, eu
922acho que devemos tocar sim e não vamos menosprezar a atitude da plenária,
923vamos deixar também que ele participe dessa responsabilidade que não é só
924nossa, é da comunidade como um todo. E eu acho seguinte também, risco zero
925matematicamente não existe e na saúde também não existe. E agora não é o
926Ministério da Saúde que fala, sou eu, Mônica, como cidadão, como Doutora, PHD
927em Biofísica, eu acho que se nós ficarmos baseado no princípio da precaução
928sempre, eu acho que nós, como o nosso colega lá colocou, nós não saímos de
929casa para nada e grandes avanços foram conseguidos na Ciência e na Medicina
930por riscos, riscos calculados e às vezes incalculados. E isso não é o Ministério que
931fala não, sou eu que estou falando, porque algumas vezes nós ficamos parados
932em determinadas situações que alguém tomasse decisão por conta do medo de
933assumir responsabilidades diante de um princípio que foi criado. Então, eu acho
934que pelo Ministério sim nós devemos continuar, esperar e dividir essa
935responsabilidade com a plenária.

936

937

938**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
939**CTQAGR)** – Doutor Sérgio, da CNI, acho que se ausentou da sala. Bom, resta a
940minha manifestação. Eu devo dizer que eu li o documento e ele faz afirmações
941que a meu ver são descabidas de procedência, e esse é o grande problema que
942eu vejo no documento. Já foi discutido aqui, já foi salientado por outros membros
943da Câmara que nós trabalhamos, o Governo trabalha, o poder público trabalha no
944mundo inteiro com uma questão de, na verdade, é sempre avaliação de risco, a
945nossa questão é avaliação de risco e onde se bota a linha de corte ou qual é o
946risco aceitável. Essa é a situação que nós trabalhamos sempre no papel de
947regulador nas questões de meio ambiente e saúde pública, principalmente. A
948discussão desses valores limites historicamente eles vêm da academia, vêm do
949avanço tecnológico, do avanço científico, do nível de informação que nós temos e
950necessariamente nós trabalhamos com revisão desses valores dos riscos
951aceitáveis, ou dos padrões e limite que nós estabelecemos isso tem sido assim ao
952longo de toda a história da humanidade. Eu brinco sempre, se nós pegarmos
953filmes da década 40 e 50 nós vamos ver que se fazia animação de cinema com
954Raio X, o pessoal achava o máximo aquilo, botava todo mundo no Raio X e
955apresentava numa tela as caveirinhas dançando. Depois que faziam testes
956nucleares no deserto do Alabama, no Texas, os caras faziam filmes de *bang bang*
957e morria, 50 anos depois morreu o elenco inteiro do cinema, quer dizer, a própria
958questão dos transgênicos que nós estamos enfrentando hoje no País, são sempre

959questões em que você tem que lidar com o risco sobre um evento desconhecido, e
960você tem que estabelecer um limite. Às vezes esse limite é muito mal
961estabelecido, como foi o caso que citei aqui da questão do Raio X e da energia
962nuclear que não se dominavam, não se conhecia os efeitos do Raio X e da
963energia nuclear. E a humanidade tem aprendido com isso, e o poder público, os
964órgão regulatórios, não foi por acaso que surgiu a preocupação com o meio
965ambiente, só na década de 80, isso surgiu justamente dos agravos ambientais que
966até então não se conheciam. O problema ambiental nós temos desde que
967começou a Revolução Industrial, agora, o Estado se aparelhar para cuidar deles,
968foi na década... No caso do Brasil na década de 70 a 80. Então infelizmente nós
969sempre corremos atrás dos prejuízos e o ideal seria que nós pudéssemos sempre
970prever e antecipar esses riscos. Todo o desenvolvimento que nós temos nos
971instrumentos de saúde pública e de meio ambiente, nos instrumentos regulatórios
972de Estados, têm vindo nesse sentido. Por outro lado nós não temos outra
973ferramenta a nos valer a não ser o conhecimento estabelecido e devidamente
974fundamentado, correndo sempre esse risco. Eu digo isso para contestar algumas
975afirmações que o documento traz, que são vagas, o tempo todo o documento se
976refere, quando faz uma crítica aos limites que nós estabelecemos aqui, ao risco
977que nós assumimos aqui nessa Resolução, ele faz declarações vagas, do tipo
978assim, quando ele fala das questões de substâncias inorgânicas, poluentes, que
979não são utilizados e etc., ele diz: “acabaram não sendo devidamente,
980suficientemente contemplados”. Foram afastados de discussões, uma visível
981insuficiência de discussão sobre o tema, desfecho inadequado tanto no que se
982refere a salvaguarda do meio ambiente, como da saúde pública, o que é o
983adequado? O que tem que parecer aqui é o adequado porque essa declaração
984vaga de que foi inadequado, nós discutimos aqui esse limite exaustivamente,
985mantendo vícios de ordem técnica e legal além de regredir em relação às suas
986versões anteriores. E preciso pontuar isso, eu não estou enxergando isso. Eu
987acho que todas as manifestações aqui foram no sentido que nós evoluímos com a
988versão da Resolução, inclusive do ponto de vista de segurança. Eu quero dizer
989para vocês, já disse isso antes, quero reafirmar agora, o meu temor em relação a
990essa Resolução, deixo isso claro aqui, gravado sem nenhum temor, o meu temor
991em relação a essa Resolução é o contrário do que está sendo colocado aqui pelo
992Ministério Público. O temor que eu tenho é que nós tenhamos trabalhado dez anos
993aqui numa Resolução que depois inviabilizará o uso de resíduos para a aplicação
994na fabricação de fertilizantes e no fornecimento de matéria-prima para fabricação
995de fertilizantes. Eu acho que nós estamos muito mais próximos hoje com essa
996Resolução, que foi concluída ontem o seu texto, deste ponto, quer dizer, de nós
997inviabilizarmos o uso dos resíduos, e digo de novo aqui, esse uso é desejável e
998está consagrado dentro da política nacional de resíduos, no sentido de que uma
999das alternativas que nós temos em relação aos resíduos é o reaproveitamento
1000desses resíduos, principalmente de forma economicamente sustentável evitando
1001a mineração, evitando outras fontes que vão gerar problemas ambientais e de
1002saúde pública também. Então, o objetivo dessa Resolução é atender um dos
1003preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e claro que para isso, isso
1004está previsto também na Resolução, essa ideia de que a utilização tem que ser

1005 feita em níveis aceitáveis de segurança do ponto de vista ambiental e de saúde
1006 pública. Esses níveis de segurança aceitáveis eles foram dados por legislações
1007 vigentes. Então, quando o documento critica que não há sustentabilidade
1008 científica, o documento afirma assim, tornam a proposta insustentável do ponto de
1009 vista científico e desprovida de segurança ambiental, não garantindo a
1010 salvaguarda do meio ambiente e da saúde pública. Ele vai ter que provar isso
1011 porque isso não está provado, nós estamos provando, nós estamos afirmando o
1012 nível de segurança, esse nível pode ser contestado, mas tem que ser contestado
1013 objetivamente e não genericamente como está contestado aqui. Objetivamente
1014 qual foi o valor que nós adotamos? Foram valores baseados em normas vigentes,
1015 aí o documento de certa forma critica as normas vigentes. Bom, mas então ele
1016 deveria criticar pedindo a revisão dessas normas, porque ele critica a 420 do
1017 Conama, e critica a IN 27 do Ministério da Agricultura. Beleza. Vamos rever essas
1018 normas. Agora, nós quando vamos editar uma norma nós temos que estar e aí é
1019 um papel do Estado isso, o Estado tem que estar baseado no conhecimento
1020 científico, formalmente comprovado, não pode ser também um paper que foi
1021 publicado ontem e que ainda não tem comprovação científica, nós precisamos ter
1022 respaldo da comunidade científica e respaldo nas práticas e experiências que se
1023 têm no País. E isso eu acredito que essa Resolução tem, quer dizer, nós estamos
1024 buscando o respaldo da aplicação de uma legislação de São Paulo, estamos
1025 buscando aqui o respaldo da Resolução 420 do CONAMA, que estabelece limites
1026 e valores orientadores do uso do solo, e estamos buscando respaldo nas práticas
1027 agrícolas já praticadas no País com fertilizantes fabricados de outras fontes, que
1028 também contêm inorgânicos. A mineração também fornece inorgânicos,
1029 dependendo da origem do solo, e do tipo de solo de onde estão saindo os
1030 micronutrientes. Então, não é diferente de resíduo nesse aspecto, quer dizer, a
1031 diferença entre o resíduo é uma questão de teor. Qual é a precaução que nós
1032 tomamos em relação ao teor? É aquela brincadeira que já se fez aqui, qual é a
1033 diferença entre o poluente e o contaminante? É a dose. Então, a nossa questão
1034 toda, a discussão que deveria ter centrado aqui e centrou a preocupação do
1035 grupo, mas era nela que eu acho que o Ministério Público deveria centrar seus
1036 argumentos e não centrou, é em questão qual a dose aceitável. A posição que o
1037 Ministério Público sempre trouxe aqui, eu torno a dizer, Ministério Público do
1038 Estado de São Paulo, isso não é a Ministério Público Federal, a posição que o
1039 Ministério Público do Estado de São Paulo trouxe aqui é sempre uma posição de
1040 poluição zero, de não aceita nenhum nível de presença de contaminante. É zero
1041 de presença de contaminante. J foi dito aqui, o pessoal comentou antes de mim,
1042 quer dizer, esse nível zero pode ser desejável, mas ele não é viável, nem nas
1043 cavernas, como se disse aqui. Quer dizer, nós convivemos desde o momento que
1044 saímos de casa com níveis considerados aceitáveis de poluição no ar, na água, na
1045 água que bebemos, na água dos rios, no solo, no solo agrícola, e aí vem essa
1046 discussão também, não se sabe, não se conhece o solo. Não. O solo agrícola
1047 brasileiro tem quase 500 anos de agricultura, principalmente na Região Sudeste e
1048 Sul do País, na região Centro-Oeste e Norte do País, são solos cujo cultivo é mais
1049 recente e, portanto ele ainda não tem talvez um certa homogeneidade, mas a
1050 tendência do solo agrícola é ele se tornar homogêneo porque ele é trabalhado

1051para isso, ele é manejado para que ele tenha uma determinada condição, um
1052determinado teor de micronutriente, um determinado teor de fertilizantes, um
1053determinado PH, uma determinada característica que vai garantir que aquela
1054cultura, principalmente nos solos onde nós temos, e a maioria deles na agricultura
1055nacional, monocultura, a tendência é isso levar a um certa padronização dos
1056solos. Então, dizer que nós não conhecemos, que nós estamos trabalhando num
1057terreno absolutamente desconhecido, é tecnicamente inaceitável, não é verdade
1058isso e o Brasil tem uma tradição agrícola, tem uma tradição de conhecimento do
1059solo agrícola justamente para a finalidade econômica da agricultura. Então, e torno
1060a dizer, todas as afirmações aqui são vagas, não há uma afirmação aqui
1061contundente dizendo: “olha o teor de dois não é aceitável, por isso e por isso”.
1062Não. Só diz: “tem que ser zero por causa do limite, por causa do princípio da
1063precaução”. O princípio da precaução nós nos valem os deles, principalmente os
1064órgãos ambientais, no sentido de onde há desconhecimento que nos permita
1065assumir o risco, essa é a questão. Quando o risco não pode ser mensurável, é
1066para isso que foi criado o princípio da precaução, ele não deve ser um princípio
1067paralisante, ele deve ser um princípio de incerteza não aceitável. Esse grupo
1068assumiu aqui ao longo, esse grupo não, o Grupo de Trabalho e a Câmara Técnica
1069quando assumiu as funções de lapidar o trabalho que veio do Grupo de Trabalho,
1070assumiu um nível de segurança aqui justificado e embasado, como eu já disse, em
1071Resoluções anteriores, em normas anteriores inclusive internacionais, em padrões
1072de... Agora, não houve, como o documento alega, uma importação pura e crua de
1073valores internacionais jogados em cima de um solo que nós desconhecemos. Eu
1074não aceito essa crítica. Tivemos aqui ao longo desse tempo todo representantes
1075de diversos Ministérios, aqui do Ministério da Agricultura, do Ministério da Saúde,
1076do Ministério do Meio Ambiente, dos órgãos estaduais responsáveis por essas
1077áreas, de organismos aqui que lidam com isso, técnico-científicos. Então, não há e
1078graças a Deus já faz algum tempo que o País não faz esse tipo de importação
1079burra de padrões internacionais. Não há como também nós negarmos o
1080conhecimento e o nível de informação que se têm em outros países que têm
1081práticas e têm sistemáticas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico
1082maiores do que o nosso, não vamos ser também aqui fechados ao conhecimento
1083ao ponto de desconsiderar eventuais avanços em outros países. Agora, há muito
1084tempo que nós fazemos uma tradução, uma importação com critério dessas
1085questões ao nível do conhecimento que nós temos aqui. Então, eu também acho
1086que essas afirmações que estão ao longo do texto nesse sentido não são
1087aceitáveis. Quando ele fala da falta de capacidade dos órgãos ambientais e isso
1088está na página nove, que fala em outros dispositivos e a discussão de viabilidade,
1089controle e fiscalização da atividade, eu quero lembrar que essa questão, essa
1090discussão é mais ou menos como a discussão do ovo e da galinha, quer dizer, se
1091nós alegarmos que não nós temos capacidade para fazer determinada coisa, isso
1092vale até no nível pessoal, nós vamos ficar em casa e não vamos fazer nada. O
1093nosso papel, o nosso grande desafio, o que torna a vida dinâmica é justamente
1094nós enfrentarmos os desafios que se colocam à nossa frente. Então, quando nós
1095colocamos e isso vale lá, eu já era, eu assim como vários aqui, já éramos não só
1096vivos pensantes como atuantes nessa área quando surgiu a legislação ambiental

1097nesse País. A 6938 é de 1981, eu já estava formado, trabalhando há três, quatro
1098anos. Então, e já na área. Então, quando se começou a discutir a questão
1099ambiental, se nós tivéssemos feito essa... Tivéssemos levado a sério essa
1100provocação do Ministério Público do Estado de São Paulo nós não teríamos feito
1101nada, porque quando se criou a 6938 exigindo o zoneamento ambiental, o
1102licenciamento ambiental, monitoramento ambiental e uma série de outras coisas,
1103qual era a capacidade que o Estado Brasileiro, seja no nível Municipal, Estadual
1104ou Federal tinha para fazer aquilo? Zero. Não tinha nem órgão criado para isso,
1105com exceção do Rio de Janeiro e São Paulo, não existia sequer órgão criado para
1106fazer gestão ambiental, aliás, muito do que se fazia estava na área de saúde. Eu
1107comecei nessa área fazendo saúde pública que era na época o caminho natural
1108para entrar nessas discussões e nesse tema que hoje nós trazemos aqui, que só
1109depois foi fragmentado em saúde, meio ambiente e essas questões desse tipo,
1110Aliás, essa discussão começou lá no início do século, na evolução industrial.
1111Então assim, a evolução disso, quer dizer, criar instrumentos tanto legais quanto
1112administrativos, quanto de fiscalização e controle, é um processo dinâmico, à
1113medida que a sociedade sente falta de uma determinada coisa, ela cria através da
1114lei, e no nosso caso brasileiro, nós temos essa característica, não diria nem
1115defeito, mas é uma característica distinta de outros países. Em outros países você
1116primeiro adota a prática e depois cria a lei que regulamenta aquela prática. No
1117Brasil nós fazemos isso ao contrário, a nossa tradição é essa, nós criamos a lei, e
1118isso vale para a Constituição Federal, sempre foi assim, você cria a lei, cria lá os
1119mecanismos de representação da população, 'bababa' e numa lei, que não tem
1120ainda o comitê disso, comitê daquilo, comitê daquilo outro, o Comitê de Recursos
1121Hídricos, o Conama isso foi criado por lei, não existia um anseio popular, já a
1122população se reunindo e discutindo questões ambientais, não tínhamos isso no
1123País, veio a lei e criou, fica criado o Conselho Nacional de Meio Ambiente com
1124essa representação e etc. e tal. A partir dali é que a Sociedade Civil se organizou
1125para se fazer representação no Conama, o setor industrial se organizou para vir
1126para dentro do Conama e as áreas técnicas dos órgãos ambientais e de Governo
1127se organizaram para trabalhar com isso, o Governo, isso o Doutor Paulo Nogueira
1128cansa nos contar nas reuniões do Conama, o Governo não tem tinha esse
1129cacoete, o Governo não aceitava um Conselho dentro de um órgão de Governo
1130como um conselho de representação popular para dar opinião. Então, neste País
1131o nosso histórico é o contrário, nosso histórico é a lei cria a necessidade e a
1132obrigação por um anseio popular, por um anseio social, por evolução da
1133sociedade e a partir daí se gera os instrumentos para que esse anseio seja
1134atendido. Então, nós não precisamos esperar que os órgãos ambientais tenham a
1135capacidade ideal para colocar o negócio. Ao contrário, a lei cria e o órgão
1136ambiental que trate de se aparelhar para dar conta desse novo encargo que ele
1137recebeu, tem sido assim historicamente. Criou-se licenciamento ambiental e
1138depois se criou o Departamento de Licenciamento Ambiental dentro do órgão
1139ambiental. É o contrário. Infelizmente ou felizmente essa é a nossa tradição, essa
1140é a nossa cultura. Então, se nós formos esperar que os órgão ambientais, ou os
1141órgãos saúde, ou os órgãos de defesa da sociedade, ou os órgão de defesa do
1142Índio, ou do patrimônio histórico tenham todas as condições para fazer a

1143preservação do patrimônio histórico nacional para então nós regarmos o
1144patrimônio histórico nacional, perdeu-se o patrimônio histórico nacional. Vale isso
1145para o meio ambiente, em minha opinião. Então, eu quero deixar claro que eu
1146também não aceito essa argumentação de que nós tenhamos que ter o órgão
1147ambiental dos nossos sonhos para só então estabelecer obrigações a este órgão
1148ambiental, até porque nunca tivemos, e não sei se teremos, é preciso que a
1149sociedade também dê importância a essa área para que nós tenhamos os
1150aparelhos necessários para isso. E aí nós mostrarmos as nossas dificuldades
1151também faz parte dessa construção, nós declararmos, por exemplo, o órgão
1152ambiental... Vamos para a nossa Resolução, do jeito que está a nossa Resolução
1153se um órgão ambiental aqui se sentir incapaz de fazer esse controle ele nega, é
1154simples, ele nega a licença e a sociedade vai dizer: “você não está tratando
1155resíduo no Estado X, Y e Z”. E aí o órgão ambiental vai dizer: “eu sinto muito, eu
1156não tenho especialista aqui para fazer essa avaliação, então ou Governo me dá ou
1157eu vou negar”. A sociedade vai pressionar o Governo para que o Governo dê as
1158condições ao órgão para que ele possa fazer aquilo. Eu acredito numa evolução
1159nesta ordem, quer dizer, nós precisamos mostrar a capacidade que o Estado tem
1160para que só então o Estado se auto-regule e se autocontrole em relação a isso.
1161Aliás, isso tem acontecido sempre na área de Saúde, estão aí as críticas à Saúde
1162e à Educação, que obrigam o Estado Brasileiro a se preocupar com isso e investir
1163mais nisso, a criar legislações botando mais dinheiro para que nós possamos
1164atender essa condição que a sociedade reclama. Então, nós acreditamos, eu
1165acredito particularmente, que em se criando obrigações a um órgão ambiental, em
1166se estabelecendo mecanismos, onde o órgão ambiental aqui se sintam, e aí nós
1167temos esse nível de segurança na Resolução. A Resolução está dizendo o que o
1168órgão ambiental, esse regramento é fundamental, ele está dizendo: “olha,
1169precisamos disso, disso e disso para então deliberar”. Se não tiver, não delibera. É
1170simples. Então, nós não estamos deixando órgão ambiental que esteja
1171eventualmente desaparecido de uma saída a favor de segurança da saúde e do
1172meio ambiente, pelo contrário, ele tem aqui todos os instrumentos para fazer a
1173defesa da saúde e do meio ambiente. Em relação à questão de tecnologia, que o
1174Doutor Aldo colocou aqui, eu também concordo, eu acho que a questão de haver
1175desenvolvimento tecnológico, quer dizer, nós temos hoje tecnologia para levar o
1176homem para Marte? Temos. Precisamos levar o homem para Marte? Não. Então,
1177a questão é de novo a questão do limite necessário de investimento para se obter
1178o benefício que se deseja. Esse é o limite com que o Governo trabalha, com que
1179os órgãos de regulação trabalham e não pode ser diferente porque esse é o
1180interesse da sociedade, a sociedade não quer, ela poderia ter um Mercedes bens
1181na garagem? Pode. Faço um financiamento e divido até a quinta geração e boto
1182um Mercedes Bens na garagem. A questão é: Precisa? É razoável ter um
1183Mercedes Bens quando você com um ônibus resolve o problema que você tem?
1184Não é. A questão é como resolver o problema, qual é o problema, caracterizar o
1185problema e caracterizar como resolver o problema. Então, nós temos um problema
1186aqui que é destino de resíduos e temos algumas alternativas para destino de
1187resíduos, uma delas é o uso agrícola. Podemos resolver dois problemas
1188ambientais de uma forma razoável? Temos instrumentos para isso? Este grupo,

1189essa Câmara Técnica, a maioria pelo menos dos membros da Câmara Técnica e
1190o Grupo de Trabalho entenderam que sim, que esse instrumento Resolução nos
1191dá esse nível de segurança e nos dá essa garantia de que eu posso com essas
1192precauções que foram adotadas na norma, garantir esse uso com o nível de
1193segurança aceitável. Eu não preciso ir ao nível de segurança zero de poluentes,
1194essa a decisão que nós estamos tomando aqui e ela não foi tomada com base
1195numa incerteza, a incerteza está no contrário, quem está demonstrando aqui
1196incerteza é o Ministério Público quando diz que tem que ser zero. É porque ele
1197não se sente seguro com os parâmetros que nós estamos adotando. Então, o
1198Ministério Público que tem que se sentir seguro com isso. Então, eu sugiro que
1199eles busquem essa caracterização da insegurança dos dados que nós estamos
1200fornecendo aqui, porque elas só estão na palavra, não estão na técnica, não foi
1201tecnicamente demonstrado que o critério adotado aqui de limite, de teor, de
1202contaminantes é perigoso, não foi demonstrado aqui, foi dito que é perigoso
1203porque, que ele não é desejável porque ele pode ser zero. Não foi dito ele não é
1204aceitável porque ele causa problema para a saúde pública aqui, ali e acolá, até
1205porque os padrões que nós estamos adotando, como eu já disse, são
1206absolutamente a favor de segurança. Nós estamos prevendo aqui que se forem
1207utilizados resíduos com a presença de contaminantes nos teores que nós
1208definimos aqui, durante 100 anos aplicados com o padrão normal de apresentação
1209de fertilizantes, em 100 anos, sem nenhuma interrupção, em 100 anos nós vamos
1210chegar a um valor de alerta de que esse solo precisa ter algum manejo, 10 anos.
1211Então, esse é o fator de segurança que nós estamos usando. Se nós
1212considerarmos que essa Resolução não vai durar 100 anos, que essa Resolução
1213que pode durar cinco anos, três anos, dois anos, ela pode ser revista ali na frente
1214na medida em que nós tivermos novas informações, nós estamos adotando um
1215nível de segurança, a meu ver absolutamente confiável e confortável. Eu acho que
1216cabe a quem está contestando esse nível de segurança mostrar que ele não é,
1217mostrar que de fato isso não vai acontecer, ou mostrar que isso vai trazer um
1218problema de saúde pública ou de meio ambiente, de outra forma. E se nos trouxer
1219isso não há porque nós não contemplar, o que nós não podemos contemplar aqui
1220são afirmações vagas e todas as afirmações aqui são vagas, absolutamente
1221vagas e desprovidas de fundamento, quer dizer, critica uma Resolução que está
1222em vigor. Então revê a Resolução que está em vigor com novos critérios, o que eu
1223não posso aqui... Quando eu construo uma lei ela tem que estar apoiada em
1224outras, eu não posso criar ela do zero. Qual foi o fator que nós utilizamos aqui
1225para considerar que um solo está contaminado? É aquele que a legislação
1226estabelece como solo contaminado. Não posso inventariar outro. De onde saiu
1227isso? Saiu de todo um trabalho que foi feito com discussões técnicas, com
1228conhecimento científico que se tinha e etc. e tal. Então, quer se contestar isso?
1229Está aberto a contestar, a 420 pode ser revista a qualquer momento, essa
1230Resolução pode ser revista e deve a qualquer momento, nós estamos prevendo
1231na Resolução instrumentos que nos permitem verificar a efetividade da norma.
1232Então, nós temos que pensar nisso e se novos instrumentos surgirem nesse
1233sentido eu acho que têm que ser aportados. Eu acho que não tem outra de forma
1234se trabalhar a não ser essa que está sendo proposta aqui. Com isso eu encerro,

1235eu acho que fui longo demais, mas eu tentei aqui uma vez que o documento foi
1236dirigido a mim, na condição de coordenador desse grupo, eu tentei aqui
1237caracterizar pelo menos rapidamente, eu li o documento de ontem para hoje,
1238aqueles pontos em que o documento critica o nosso trabalho, ou apresenta que
1239ele tem, que ele não dá segurança e tentar demonstrar que primeiro, a crítica veio
1240vaga, ela não veio discutindo o padrão de segurança, o nível de risco que nós
1241estamos assumindo, ele veio dizendo que ele era inaceitável, mas também não
1242colocou nada a contrapor a isso, quer dizer, o que colocou a contrapor foi zero é o
1243seguro. Bom zero nós sabemos que é o seguro, mas o zero não existe, não existe
1244no ar, não existe na água, não existe no solo. Então... E não existe no alimento.
1245Hoje os órgãos que controlam o alimento que vai para a nossa mesa têm valores
1246de resíduos, de contaminantes, de agrotóxicos, de fertilizantes, de todas essas
1247substâncias estabelecidas. Se o Ministério Público acha que esses limites serão
1248ultrapassados com o uso de micronutrientes, em primeiro lugar devo dizer que
1249isso será constatado na hora que o alimento for investigado e, portanto o alimento
1250não irá para a mesa. Em segundo lugar na hora que isso parecer, se revê a
1251Resolução. Da forma como nós colocamos não se espera que isso aconteça, não
1252há nada indicando que isso vai acontecer porque nós estamos adotando valores
1253absolutamente conservadores aqui. Então, com isso eu concluo e não sei se
1254Doutor Sérgio, da CNI, quer fazer alguma consideração ao documento, embora
1255tenha chegado só para a reunião de hoje e tenha perdido o histórico aí, pelo
1256menos pessoalmente, talvez tenha relatos disso, mas passo a palavra para o
1257Conselheiro, membro da Câmara querendo se manifestar. Obrigado.

1258

1259

1260**O SR. SÉRGIO DE FREITAS MONFORTE (CNI)** – Eu sou Sérgio Monforte, da
1261CNI, estou aqui no lugar do Wanderley que infelizmente ele não pôde estar
1262presente, ele teve um outro compromisso lá em São Paulo, mas eu agradeço a
1263explicação que todo mundo fez, que eu acho que apesar de não ter tido tempo e
1264não ter tido todo o histórico da Resolução, da Câmara, eu consegui pelo menos
1265captar o espírito da coisa aqui pelas exposições que foram feitas. Eu até dei uma
1266saidinha aqui só para entrar em contato com o Wanderley que tem toda essa
1267bagagem sobre o documento e tudo que aconteceu, então eu acho que dá
1268continuidade aos trabalhos mesmo, eu acho que a posição da CNI é essa de
1269valorizar todo o trabalho que foi feito até agora, e acho que vamos tocar para
1270frente. Agradeço a receptividade de todo mundo. Obrigado.

1271

1272

1273**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
1274**Paulo)** – Posso falar duas coisas só completar toda essa visão, que é coisa que
1275isso não foi nada assim, como é que fala? Leviano. Porque saiu muito dado, muita
1276informação. Então, um dado que aparece aqui, que não parece aqui, mas já foi
1277levantado. Gente, predominantemente geradores de resíduos elegíveis para
1278micronutrientes e empresas fabricantes de micronutrientes estão no Sudeste e no
1279Sul, quase 100%, são estados que têm laboratórios sim para fazer as análises do
1280jeito que são requeridas e têm órgãos ambientais sim que têm condições de fazer

1281esse controle mínimo que nós delineamos nessa Resolução. Então, eu acho que
1282esse pedaço foi coberto. E o outro que acho mais importante, a Resolução por ter
1283um valor de concentração de substância inorgânica tão rigorosa, ela vai cumprir
1284dois papéis fundamentais, primeiro, talvez ela incentive o setor produtivo a buscar
1285a aplicação prática do que cientificamente é possível de tratar o resíduo para
1286poder usar mais resíduo. E segundo quando ele tratar nós já estamos dando o
1287parâmetro para isso. Então, eu fico muito tranquilo na qualidade de coordenador
1288desse GT esse ano todo e eu já falei que eu defenderia isso tranquilamente numa
1289Corte de Justiça. Então, só para encerrar, porque sempre se ameaçou o tempo
1290inteiro de judicialização, é lógico que não sou eu que vou ser judicializado, vai ser
1291o Conama, mas eu defenderia isso numa Corte de Justiça. Então, aqui eu encerro.
1292(*Risos!*).

1293

1294

1295**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1296**CTQAGR)** – O regime não é presidencialista aqui é parlamentarista.

1297

1298

1299**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom, eu não vou falar
1300aqui representando o parecer, mas vou falar como Conselheiro. Eu estou
1301absolutamente convicto que a humanidade atravessa uma crise de civilização e
1302filosoficamente nós temos trabalhado essa questão, porque o modelo de
1303sociedade que nós temos hoje é um modelo de sociedade que se projetada para
1304futuro ela não fecha, não fecha no trafico, não fecha na questão climática, na
1305questão hídrica e esse modelo econômico que se coloca hoje também ele não se
1306sustenta na medida em que você tem aí indicadores como o IDH apontando para
1307isso, e as Nações Unidas apontando para um verdadeiro colapso em 2050 se
1308continuarmos nesse ritmo e caminho de hoje. Então, quando nós olhamos uma
1309visão mais antropológica e considerando que nós defendemos o antropoceno, que
1310seriam as condições do próprio planeta sobre a influência da vida e não o
1311antropoceno, quer dizer, a dimensão, a escala da atuação humana no planeta
1312transformando esse mesmo planeta e ameaçando a própria vida, nós lutamos pelo
1313holoceno e não pelo antropoceno, nós estamos numa situação em que tratar de
1314algumas questões fundamentais não são mais princípios da precaução, é uma
1315questão de emergência. E aí reduzir essa discussão apenas ao que está previsto
1316na Constituição Brasileira como princípio da precaução é uma coisa muito
1317pequena diante da escala, da dimensão do problema que nós temos. Eu
1318reconheço a competência do Doutor Márcio, apesar de não concordar com as
1319ideias aqui colocadas, mas ele me dizia um dia que se nós tivemos essa dimensão
1320dos agrotóxicos nós não ficaríamos tão preocupados com micronutriente e ia tratar
1321primeiro da questão de agrotóxicos. Eu concordo com essa visão, mas a questão
1322é que os micronutrientes se somam a um conjunto de outros fatores que vão para
1323o solo, e aí nós temos um processo de sinergia que vem caminhando numa escala
1324crescente, e nesse processo, quando nós tratamos da competência do setor
1325público para lidar com esse problema, no sentido de normatizar uma questão tão
1326sensível como a aplicação de resíduo no solo e resíduo e resíduo nós estamos

1327tratando aqui de inorgânicos perigosos, Chumbo, Cadmo, enfim, os metais
1328pesados que são cumulativos no organismo humano, o organismo tem dificuldade
1329de se livrar desses alimentos até mesmo pelo peso molecular. Então, nós estamos
1330tratando de uma coisa muito importante e devemos ter muita sensibilidade com
1331relação a isso. Quando o Ministério Público defende o princípio da precaução, ele
1332defende exatamente esse princípio que não se caminhe mais para o caos, é essa
1333a visão que eu tenho da motivação do Ministério Público. E o que é mais difícil
1334para mim como cidadão, como ser humano, compreender, é que a motivação
1335desse ato administrativo do Conama ela se dá por conta de um desregramento do
1336mercado, ou seja, nós temos que fazer a norma porque a mercado está
1337desregrado. Isso nos impulsiona, quer dizer, a lógica do caos, você tem uma
1338situação caótica, você toma uma meia medida para resolver ou dar uma solução
1339para aquele problema. Do ponto de vista de gestão, me parece que a proibição do
1340uso de resíduo no solo seria a medida mais adequada para todo o território
1341nacional. Primeiro. E depois se nós trabalharmos uma medida que você pudesse
1342cumprir o que está na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Então, sermos
1343motivados pelo caos me parece manter esse ciclo devastador do antropoceno que
1344não interessa a ninguém, nem à humanidade e nem à sociedade brasileira. Outra
1345questão que quando o Ministério Público se refere à questão das normas, nós
1346sabemos que as normas foram construídas também nessa perspectiva. Eu sei que
1347o modelo da Holanda foi determinante para a questão da 420 e a Holanda já tem o
1348solo, como diz o Doutor Márcio, já homogêneo, por quê? Porque ele passou
1349inúmeras fases de civilização muito mais intensa que a nossa brasileira e, portanto
1350tem outra condição de solo não natural, há uma diferença entre o solo brasileiro
1351mais virgem e o solo já alterado de algumas regiões nossas. Outra questão, em
1352São Paulo foi sensível as pressões do setor de mercado que trabalham com a
1353questão de fertilizantes para que houvesse uma decisão de diretoria da Cetesb e
1354chegaram a contratar, como consultor, um ex-presidente da Cetesb e essa cultura
1355de você implementar resíduo no micronutriente passou a ser um determinante
1356para a política ambiental do Estado de São Paulo, que nós entendemos que teve
1357um nascedouro não aconselhável, houve, eu diria, uma certa proximidade
1358indesejável entre o setor interessado e órgão público que fez essa normatização
1359por uma decisão da diretoria da Cetesb, que acabou não vigorando. Sobre a
1360questão da incerteza científica, não há aqui nesse caso muita preocupação com
1361relação a incerteza científica, a certeza científica, metais pesados são
1362absolutamente conhecidos da humanidade, nós sabemos inclusive de onde, de
1363quem é a digital no metal pesado quando tem um caso como Companhia
1364Siderúrgica Nacional, no Rio de Janeiro e outros casos. Então, é um velho
1365conhecido da humanidade, o Chumbo é conhecido há 2000 anos e os Romanos
1366chegaram a poluir as calotas polares com Chumbo de armadura, quer dizer, é o
1367'plumberismo', é uma consequência absolutamente conhecida. Então, nós
1368estamos tratando aqui de questões palpáveis, absolutamente conhecidas. O
1369Mercúrio há tentativa de banimento do Mercúrio no planeta, hoje está prosperando
1370de uma forma bastante interessante através de movimentos. Agora, com relação à
1371capacidade de gestão, eu não posso concordar com o Doutor Márcio que continue
1372num ciclo de gerar uma demanda ou processo de gestão para o qual não estamos

1373preparados. É necessário que a sociedade se prepare para que ela possa
1374defender determinadas posições ou assumir determinadas funções. Por exemplo,
1375um Município só poderá licenciar se ele tiver um órgão ambiental, se tiver um
1376Conselho instituído, se tiver a capacidade técnica e etc. Então, me preocupa,
1377Doutor Márcio, essa perspectiva de que me parece que do ponto de vista do
1378gestor possa até fazer sentido, mas na prática isso pode ter desdobramentos e
1379consequências que podem trazer aí diria passivos ambientais inaceitáveis para a
1380sociedade e para o solo brasileiro. Outra questão é a escala das consequências,
1381essa Resolução ela trabalha uma escala de solo brasileiro, ela é nacional, a
1382aplicabilidade dela é em solo nacional, quer dizer, nós estamos aqui nos referindo
1383à aplicabilidade de resíduos sem capacidade de controle e sistema de gestão, nós
1384sabemos que não temos essa capacidade como sociedade, fora dos centros mais
1385desenvolvidos como São Paulo e aí vamos remeter essa situação a uma possível
1386capacidade dos sistemas ambientais se adaptarem e etc., fazerem frente a esse
1387sistema de gestão. Outra questão é a avanço tecnológico, enquanto não se
1388avança tecnologicamente não se arrisca, não é? Não é uma questão de nós
1389sermos contra uma medida progressista, nós não estamos falando aqui de uma
1390medida progressista, nós estamos falando aqui da adição de substâncias
1391inorgânicas no solo brasileiro, conhecidas como metais peados. Então, não há
1392nenhuma posição progressista nisso, o que é progressista nisso é você utilizar,
1393reutilizar resíduo, sim, não deixar que isso se perca, mas há tantas outras formas
1394de se utilizar. Então o risco não justifica esta motivação; Vamos seguir a Política
1395Nacional de Resíduos Sólidos e vamos, mas vamos trabalhar no sentido de que
1396ela seja efetivamente segura para a sociedade. Eu queria só complementar,
1397Doutor Márcio, como o senhor tomou a liberdade de falar bastante, eu só vou
1398complementar com relação às observações que foram feitas aqui. Doutor Rocca,
1399eu respeito a Cetesb, respeito o seu trabalho confio na Cetesb, sou amigo da
1400Cetesb em muitas situações e inimigo em outras porque temos que fazer
1401contraposição, mas quando vocês da Área de Engenharia se dissociam um pouco
1402da Área de Saúde Pública e a gênese da Cetesb foi saúde pública, com o tempo a
1403Cetesb caminhou para a área de controle e a Área de Saúde Pública foi se
1404afastando da perspectiva de uma visão da política da Cetesb e isso nos traz hoje
1405uma lacuna que precisa ser de novo preenchida. Eu sei que têm pessoas lá
1406trabalhando, mas a questão da priorização do risco à saúde e o meio ambiente ela
1407tem que voltar com seu devido... Para o seu devido espaço, que seja tão
1408importante como a visão do controle, essa perspectiva é uma perspectiva pela
1409qual eu anseio e o movimento ambientalista também, e isso traz aqui algumas
1410dificuldades de diálogo quando nós tratamos de uma questão como essa. Quanto
1411ao Doutor Aldo, Doutor Aldo é sempre muito simpático e muito bem-humorado, e
1412coloca aqui algumas questões que eu entendo que são pertinentes quando fala
1413que a Câmara Técnica ela não se preocupou, não se preocupou, acho que foi
1414essa a sua colocação, demonstrou desinteresse.

1415

1416

1417**O SR. ALDO CARVALHO DA SILVA (Governo do Estado da Bahia) – Ela não**
1418demonstrou interesse em metodologias e eu atribuo esse “desinteresse” na

1419 interpretação do Ministério Público, como apenas que a nossa discussão não quis
1420 fugir do foco de tratar dos níveis, uma vez que tecnicamente e metodologicamente
1421 inclusive não há sequer o uso de produtos oriundos de combustão.

1422

1423

1424 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Pelo que eu entendi
1425 da sua colocação, eu acho que a sua colocação é pertinente quando se trata da
1426 palavra desinteresse, mas o fato, o fato, não a palavra, é que nós pedimos um
1427 aprofundamento na visão da possibilidade de remoção total, do máximo de
1428 remoção possível, e nesse aspecto nós sentimos ali que a discussão foi truncada,
1429 que a Câmara Técnica entendeu que já tinha gerado conhecimento suficiente.
1430 Para nós não era, então era esse o sentido da palavra desinteresse. É que nós
1431 gostaríamos de ver desse aprofundamento. Com relação ainda á representante do
1432 Ministério da Saúde, eu gostaria de dizer à senhora o seguinte, nós temos essa
1433 imensa preocupação de que a Área de Saúde se aproxime da Área de Controle e
1434 isso ganhe uma dimensão de atuação conjunta. É o nosso problema em São
1435 Paulo, houve uma dicotomia, separou-se controle de saúde, e prevalece mais
1436 politécnica, mais controle do que a Faculdade de Saúde Pública, quer dizer, essa
1437 visão multisetorial, essa visão mais integrada onde a questão do risco seja mais
1438 valorada, me parece que hoje deve ser o papel prioritário do Ministério da Saúde
1439 dentro do Conselho Nacional do Meio Ambiente e nós sentimos muito essa lacuna
1440 da atuação de vocês no sentido de que a questão do risco ambiental ele seja
1441 melhor pontuado em cada situação em que ele se faz presente. Eu conheço os
1442 seus departamentos, conheço o Guilherme Franco Neto, o pessoal que trabalha
1443 com essa área de controle, do pessoal da vigilância, e eu acho que eles têm um
1444 trabalho fantástico, inclusive trabalhamos com eles em conjunto numa visão
1445 metropolitana, mas ainda sinto essa falta de uma abordagem intersetorial dentro
1446 do Conama, da Área de Saúde. Então, Doutor Márcio, só justificando aqui a minha
1447 posição como Conselheiro, eu não sou autor do parecer, mas eu gostaria de dizer
1448 aos senhores o seguinte, os autores do parecer são Roberto Varjabedian, Biólogo
1449 e um Engenheiro Químico, que é mais novo no Ministério Público, que é o
1450 Engenheiro José Roberto Ramos Falconi, ambos são pessoas extremamente
1451 competentes, voltadas à questão de precaução e a análise de risco. O Roberto é
1452 um Ecólogo eminente e reconhecido na área acadêmico e é o grande autor, eu
1453 acho que nós podemos dizer isso, foi o mentor das ADINs contra o Código
1454 Florestal, foi a pessoas tecnicamente que subsidiou, pelo seu conhecimento.
1455 Então, nós não estamos tratando aqui de neófitos, nós estamos tratando de gente
1456 muito competente na área técnica do Ministério Público. Assim como temos aqui à
1457 mesa o Doutor Márcio, o Rocca, os representantes, o Aldo, o Evandro, a
1458 representante do Ministério da Saúde, temos gente também muito competentes,
1459 mas queria colocar que esse debate está sendo colocado num altíssimo nível e
1460 num profundamente, Rocca, invejável, só que nós não atingimos aquele momento
1461 ainda de amadurecimento que nos permita o consenso. Então, finalizando eu
1462 gostaria de dizer que existe um profundo dissenso nessa Comissão, por parte das
1463 entidades ambientais Proam, Planeta Verde, Furpa, que tem conversado com o
1464 Francisco sobre a motivação da Resolução, a insuficiência de outras normas que

1465nos deem capacidade para essa decisão, sobre as pressões de mercado no
1466sentido de tentar regulamentar alguma coisa que seja já instituída por aí, a
1467incerteza científica, a capacidade de gestão da aplicabilidade da Resolução, o que
1468pode torná-la um elemento não para a sociedade, mas de risco. O risco envolvido
1469do que nós estamos tratando que é inaceitável, a escala das possíveis
1470consequências e a dimensão do problema e a perspectiva de que nós devemos
1471avançar na medida em que haja realmente segurança, e não o contrário. Nós não
1472temos que provar a insegurança, os senhores têm que provar para nós da
1473sociedade, que somos da Sociedade Civil, a segurança. Então, não se inverta
1474essa ordem de valores, por favor. Muito obrigado.

1475

1476

1477**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1478**CTQAGR)** – Doutor Francisco pediu a palavra, mas eu quero fazer duas
1479observações bem rápidas. A primeira é que nós estamos calcados nessa
1480convicção de que temos segurança e temos condição de prová-la. Estamos aqui,
1481quando nós remeter essa Resolução para frente nós teremos que prová-la e eu
1482acho que nós temos aqui elementos para isso. Então, eu não fujo desse desafio e
1483de fato não inverteu o desafio aqui. Nós assumimos os desafios, estabelecemos o
1484nível de segurança, esse nível de segurança eu acabei de reler aqui, que é são os
1485níveis de contaminação do solo, baseados em fatores inclusive de saúde. Então,
1486esse é o nível de segurança que nós estabelecemos. Então também não houve
1487desinteresse em discutir a questão técnica, o que houve foi a convicção de que
1488não era necessário chegar a zero porque nós já tínhamos o nível de segurança
1489aceitável. Terceiro só dizer que de fato substâncias são absolutamente
1490conhecidas e por isso não cabe o princípio da precaução, nós já sabemos quais
1491são os valores limites que nós podemos estabelecer para lidar com elas. Foi este
1492o embasamento da Resolução que está saindo daqui e ele terá que ser defendido,
1493ele poderá ser contestado, poderá ser inclusive derrotado nas instâncias que
1494seguem aqui para frente, mas eu quero crer que as pessoas que estão aqui
1495favoráveis à Resolução estão convictas disso. Eu particularmente estou. Então, é
1496só fazer esse pequeno fecho. Doutor Francisco, por favor.

1497

1498

1499**O SR. FRANCISCO SOARES (FURPA)** – Doutor Márcio e demais aqui presentes,
1500nós queremos ratificar e pedir que faça constar da ata que a Fundação Rio
1501Parnaíba e o Proam são contrários a finalização da Resolução para o
1502encaminhamento por reconhecer que existem muitas dúvidas e muitas incertezas
1503ainda para serem decididas. Reconhecemos que nós não vamos chegar
1504realmente a 100% de risco, de eliminar os riscos, no entanto, como eu sou
1505remanescente da saúde pública, até falei com a nossa colega, e sempre lutei junto
1506à Divisão de Ecologia Humana e Saúde Ambiental com relação aos impactos
1507causados na agricultura pelos agrotóxicos. A nossa preocupação é a
1508contaminação do solo e os impactos para a saúde pública e o meio ambiente.
1509Lógico, nós estamos em um regime democrático, temos que respeitar e acatar a
1510decisão da maioria e procurar no decorrer do processo retirar os riscos que

1511ocorrerão na implantação da Resolução, que ainda não conseguiu o consenso
1512aqui. Observamos quase todos os artigos e não havia consenso e nem poderia
1513haver. E dizer que nós acatamos em grande parte o documento do Ministério
1514Público do Estado de São Paulo, que conste da ata aí, por levar em consideração
1515que o princípio da precaução foi forte nesse documento, que é de todos nós aqui
1516em qualquer atividade que vamos desenvolver. Então é essa que eu queria
1517finalizar, Márcio, sei que a responsabilidade é muito grande do coordenador, para
1518absorver tudo e dizer que existe dois votos contrários, pelo encaminhamento, não
1519contra as discussões técnicas, mas contra a finalização do documento porque
1520ainda existe muita incerteza e muita dúvida com relação à contaminação do solo,
1521com relação ao reflexo para a saúde pública e para a meio ambiente.

1522

1523

1524**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1525**CTQAGR)** – O documento, na verdade nós apreciamos o documento e se nós
1526quisermos continuar ainda fazendo alguns comentários eu não vejo problema de
1527nós discutirmos mais um pouco, mas eu acredito que nós tenhamos feito uma
1528apreciação, passou por todos, todos tiveram a oportunidade de se manifestar em
1529relação ao documento e nós não botamos ainda em discussão a Resolução, nós
1530estamos discutindo o documento do Ministério Público, naturalmente que ele traz
1531essa discussão porque ele justamente ele questiona se a Resolução está em
1532condições de ser concluída na Câmara Técnica. Então, naturalmente essa
1533discussão apareceu agora explicitamente na manifestação do Doutor Francisco,
1534mas nós ainda não colocamos aqui na Câmara em apreciação a Resolução, a
1535aprovação da Resolução, ou em votação, ou em discussão, para
1536encaminhamento. Bom, são cinco para o meio dia, eu quero consultá-los a
1537respeito justamente dos nossos próximos passos aqui. Nós teríamos ainda que se
1538entendermos que ainda precisamos discutir um pouco mais o documento, nós
1539abrimos mais um pouco essa discussão, senão nós teríamos ainda dois pontos de
1540pauta, um é a discussão justamente da aprovação ou não da Resolução no ponto
1541em que ela se encontra, e o segundo são informes que sempre constam da nossa
1542pauta e eu acho que é interessante nós darmos alguns informes em relação
1543principalmente aos Grupos de Trabalho que estão ocorrendo e demandas que
1544virão a essa Câmara que é bom nós sempre termos no horizonte. Eu consulto aos
1545senhores se nós alongamos um pouco mais essa discussão e deixa para a tarde a
1546discussão e a aprovação ou não da proposta de Resolução. Esse é o
1547encaminhamento da Câmara Jurídica e o informes, uma possibilidade é essa. A
1548outra seria encermos agora e retomar a tarde.

1549

1550

1551**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
1552**Paulo)** – Tem a possibilidade de nós fazermos um almoço curto? Sai agora e
1553voltar às 13h00? Porque de qualquer maneira nós vamos conseguir ficar aqui no
1554máximo até umas 16h00 por conta de voo e essas coisas. Agora, se quiser tocar
1555de direto eu não veria problema.

1556

1557

1558 **O SR. FRANCISCO SOARES (FURPA)** – Acho que se nós pudermos avançar
1559 para 13h00, 13h30 nós teríamos oportunidade de fazer alguma coisa no turno da
1560 tarde.

1561

1562

1563 **O SR. ALDO CARVALHO DA SILVA (Governo do Estado da Bahia)** – Eu acho
1564 que a minha opinião sobre o documento já foi muito bem, digamos assim,
1565 analisado, discutido aqui e foram expostas as opiniões a respeito dele, o nosso
1566 presidente colocou suas considerações, o Doutor Bocuhy teve a oportunidade de
1567 fazer a sua réplica. E eu acho que sobre esse documento, em minha opinião não
1568 há mais o que ser tratado. Eu creio que se nós encurtarmos o almoço nós
1569 podemos logo na volta fechar a nossa discussão e dar, digamos assim, a
1570 finalização para encaminhamento.

1571

1572

1573 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Só uma questão que é
1574 objeto de pedido do Ministério Público. Eu sei que isso já foi de certa forma, mas é
1575 importante reiterarmos aqui, que eu finalizo assim o parecer: diante do disposto
1576 reiteramos a procedência da Minuta alternativa apresentada, e aqui é a Ponto Link
1577 que foi a nossa Minuta, rogando à Câmara Técnica que considere seus termos em
1578 face da necessidade de salvaguardar guardar e etc. e etc. Pergunto ao Doutor
1579 Márcio duas questões: primeiro, se podemos ter a garantia de que o parecer do
1580 Ministério Público vai ser incluído na íntegra na nossa ata dessa reunião? Se
1581 poderia constar na íntegra. Segundo se a Câmara Técnica se dispõe a considerar
1582 os termos da Minuta alternativa proposta por nós, que daria mais segurança à
1583 elaboração desta Resolução.

1584

1585

1586 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1587 **CTQAGR)** – Com relação ao primeiro ponto, embora ele não tenha cumprido com
1588 preceito regimental, ele já foi considerado e já entrou na ata da reunião na medida
1589 em que nós abrimos pauta para ele e discutimos o documento aqui. Então, eu não
1590 vejo problema em acatar e colocá-lo dentro do processo. Em relação ao segundo
1591 ponto, eu já tinha ontem adiantado o meu ponto de vista, quer dizer, esse
1592 documento que foi encaminhado pelo Ministério Público como Minuta alternativa,
1593 ele data de 30 de novembro de 2012. Então, eu concluo que ele é aquele que já
1594 foi avaliado aqui nesta Câmara e já foi rejeitado aqui. Portanto eu não vou sequer
1595 reabrir uma discussão de um assunto que já foi apreciado, a não ser que algum
1596 Conselheiro ache que mereça. Eu acredito que de lá para cá, ao contrário, nós
1597 tivemos uma melhoria tão significativa na proposta de Resolução que, pelo menos
1598 eu, pessoalmente sinto assim e imagino que outros Conselheiros também,
1599 membros da Câmara, o nível de segurança, o nível de confiabilidade na
1600 Resolução de lá para cá aumentou, não diminuiu. Então, não vejo muita razão de
1601 nós colocarmos colocar em discussão uma Minuta que já foi apreciada e já foi
1602 rejeitada aqui. Agora se algum representante entende de maneira diferente, nós

1603podemos colocar em votação formal esta rediscussão ou não. Por favor, a palavra
1604aberta para manifestação.

1605

1606

1607**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Por minha parte da CNC não é preciso, já não
1608vamos voltar a atrás e eu me sinto seguro e em uma hora nós aprovarmos a
1609proposta de Resolução e ir para o informe. Eu acho que daria, não sei o tempo do
1610informe porque nós liquidaríamos isso.

1611

1612

1613**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
1614**Paulo)** – Eu tenho que dizer da preocupação de se nós sairmos para almoçar,
1615voltar e não ter quórum para votar mais.

1616

1617

1618**A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – À tarde vou ter que
1619me ausentar.

1620

1621

1622**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1623**CTQAGR)** – Então vamos estender a nossa reunião e concluí-la assim que os
1624assuntos tiverem sido vistos. Se alguém entende, só para o seguinte, só para
1625registrar já que esse documento faz parte do processo e a sua apreciação
1626também. Se algum Conselheiro entende que este documento deva ser rediscutido
1627na Câmara, por favor, se manifeste. Vou colocar em votação porque aí fica mais
1628formal. Então eu pediria para os... Votação simples. Os Conselheiros que
1629entendem que esse documento deva ser avaliado, por favor, eu vou chamar na
1630ordem aqui formal, Adriano peço a sua ajuda aqui com a lista de presença, eu vou
1631e chamar na ordem formal de representação, vou colocar numa votação formal
1632para que não nós tenhamos nenhuma dúvida em relação ao procedimento que foi
1633adotado em relação ao documento. Então vamos lá deixar claro. A questão é, eu
1634vou deixar bem clara a votação, o que eu vou colocar em votação é o seguinte, o
1635pedido formal do Ministério Público através do documento foi de que nós
1636reconsiderássemos na Câmara, a Minuta alternativa de Resolução encaminhada
1637pelo Ministério Público a esta Câmara, em novembro de 2012. Já apreciada.
1638Então eu gostaria que vocês se manifestassem formalmente se ela deve ser
1639novamente apreciada ou não. Bem rápido, por favor, então chamaria primeiro a
1640Doutora Mônica Angélica, do Ministério da Saúde.

1641

1642

1643**A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – Não. Não deveria ser
1644aprovado.

1645

1646

1647**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1648**CTQAGR)** – Ok. Aldo, Governo da Bahia.

1649

1650

1651 **O SR. ALDO CARVALHO DA SILVA (Governo do Estado da Bahia) – Não.**

1652 Essa discussão nesse momento não.

1653

1654

1655 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1656 **CTQAGR) –** Alfredo Rocca, do Governo de São Paulo.

1657

1658

1659 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
1660 **Paulo) – Não.** Não deve ser porque já foi discutido exaustivamente.

1661

1662

1663 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1664 **CTQAGR) –** Doutor Sérgio Monforte, do CNI.

1665

1666

1667 **O SR. SÉRGIO DE FREITAS MONFORTE (CNI) – Não.**

1668

1669

1670 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1671 **CTQAGR) –** Evandro Costa, CNC.

1672

1673

1674 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC) –** Já foi discutida e não.

1675

1676

1677 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1678 **CTQAGR) –** Doutor Francisco Soares.

1679

1680

1681 **O SR. FRANCISCO SOARES (FURPA) –** Sim. Proponho que seja reavaliado.

1682

1683

1684 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1685 **CTQAGR) –** Doutor Carlos Bocuhy.

1686

1687

1688 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) –** Sim porque o pedido
1689 se refere à reconsideração dos termos do documento.

1690

1691

1692 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1693 **CTQAGR) –** Finalmente meu voto como membro da Câmara, representando o
1694 Ibama, o meu voto é não, esse assunto já foi discutido e já foi rejeitado pela

1695Câmara. Então, conclusão embora não unânime e não consensual é de que por 8
1696votos a 2, é isso? 6 votos a 2 somos, 8 Conselheiros aqui foi rejeitado.

1697

1698

1699**O SR. FRANCISCO SOARES (FURPA)** – Pediria que colocasse na ata.

1700

1701

1702**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1703**CTQAGR)** – Está sendo transcrito. Está registrado os dois votos formalmente e
1704por isso eu fiz a votação nominal justamente para garantir a opinião de cada
1705membro da Câmara. Bom, finalmente vamos colocar então em votação a Minuta
1706de Resolução ou a Resolução nos termos em que ela se encontra, que foi
1707discutida ontem com os acréscimos que fizemos hoje nos dois artigos, ou melhor,
1708no artigo referente a importação e seus três parágrafos. Podemos colocar
1709diretamente em votação ou vocês preferem discutir alguma coisa? Alguma
1710manifestação? Não? Vamos colocar em votação? Então, por favor, repetindo a
1711ordem aqui que é a ordem de presença da coisa, formalmente, Doutora Mônica,
1712Ministério da Saúde.

1713

1714

1715**SRª. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – Sim. Devemos
1716colocar em aprovação.

1717

1718

1719**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1720**CTQAGR)** – Já estamos aprovando. Então, voto do Ministério da Saúde é pela
1721aprovação. Doutor Aldo, Governo da Bahia.

1722

1723

1724**O SR. ALDO CARVALHO DA SILVA (Governo do Estado da Bahia)** – Voto pela
1725aprovação.

1726

1727

1728**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1729**CTQAGR)** – Doutor Alfredo Rocca.

1730

1731

1732**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
1733**Paulo)** – Voto pela aprovação.

1734

1735

1736**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1737**CTQAGR)** – Doutor Sérgio Monforte.

1738

1739

1740**O SR. SÉRGIO DE FREITAS MONFORTE (CNI)** – Pela aprovação também.

1741

1742

1743 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1744 **CTQAGR) –** Doutor Evandro Costa.

1745

1746

1747 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC) –** Aprovação e encaminhamento à Câmara
1748 **Jurídica.**

1749

1750

1751 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1752 **CTQAGR) –** Doutor Francisco Soares.

1753

1754

1755 **O SR. FRANCISCO SOARES (FURPA) –** Voto pela não aprovação.

1756

1757

1758 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1759 **CTQAGR) –** Doutor Carlos Bocuhy, Proam.

1760

1761

1762 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) –** Contra a aprovação.

1763

1764

1765 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1766 **CTQAGR) –** Ok. Meu voto como coordenador desse grupo e representante do
1767 **Ibama é pela aprovação.**

1768

1769

1770 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) –** Gostaria de declarar
1771 **meu voto porque nos estamos remetendo às Instâncias posteriores que é a**
1772 **Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e também o plenário no Conama, um**
1773 **grande problema, é uma grande... Vai haver uma grande dificuldade dos**
1774 **Conselheiros enfrentarem uma decisão de acordo com as suas consciências em**
1775 **função da, eu diria, falta de segurança que essa Minuta representa. Eu gostaria de**
1776 **parabenizar a todos pela paciência, de todo esse tempo, e pedir desculpas se em**
1777 **algum momento o movimento ambientalista se manifestou de forma mais forte,**
1778 **todos aqui se excederam um pouquinho em várias situações, mas é em função do**
1779 **tema que realmente traz muita dificuldade para nossa avaliação. E eu lastimo que**
1780 **nós tenhamos trabalhado tanto ao longo, de tanto tempo, Rocca, e estou**
1781 **acompanhando isso há dez anos e que nós não tenhamos chegado a uma**
1782 **situação que hoje na verdade se configura como profundo dissenso. Temos aí**
1783 **uma grande bomba encaminhada à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e ao**
1784 **conselho. Então aqui eu queria pedir essa compreensão dos Conselheiros para**
1785 **uma posição firme nossa e dura, mas que é de acordo com as nossas**
1786 **consciências e marcar mais uma vez essa posição de dissenso.**

77

39

78

1787

1788

1789 **SR. FRANCISCO SOARES (FURPA)** – Eu também gostaria que constasse o
1790 nosso voto, da Fundação Rio Paraense ser declarado pela não aprovação da
1791 Minuta.

1792

1793

1794 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1795 **CTQAGR)** – Ok. Eu queria fazer uma observação que nós tivemos, só para relatar
1796 mesmo, nós tivemos hoje nesta votação a presença de 8 Conselheiros, e dois
1797 ausentes. Então, nós somos um total de 10 e dos 10, 6 foram favoráveis. Nós
1798 temos a maioria absoluta, não concordo com absoluto dissenso. Há um dissenso
1799 sim, indesejável, o desejável seria que nós saíssemos daqui com um consenso
1800 em relação à Resolução. Agora, e entendo que o que nós estamos passando,
1801 torno a dizer, o que nós estamos remetendo à Câmara Jurídica e à plenária do
1802 Conama é uma Resolução que foi amadurecida ao longo de dez anos, portanto
1803 não acho que nós estejamos remetendo uma matéria imatura ou não discutida.
1804 Polêmica sim, não resta a menor dúvida que o assunto é polêmico, que o assunto
1805 gerará polêmica na Câmara Jurídica e na plenária. E isso faz parte da nossa,
1806 aliás, é característica do Conama e é uma característica bem vinda porque o
1807 Conama é o palco, é o local, o *locus* onde devem ocorrer essas discussões e essa
1808 polêmica. E o nosso papel aqui não é um papel cômodo, nem um pouco, é um
1809 papel justamente de auxiliar o Conselho a contribuir com a sociedade por uma
1810 discussão que tem todos esses vieses, de interesses conflitantes e isso se
1811 manifestou aqui durante todos esses anos de discussão, da exacerbação das
1812 emoções no assunto, o Doutor Bocuhy colocou bem, eu acho que todos nós
1813 cometemos pecados aqui, nos excedemos, eu mesmo já reconheci isso. Eu acho
1814 que isso se deve a polêmica do tema e o quanto nós somos apaixonados com a
1815 causa que nós defendemos. E nesse sentido eu quero cumprimentar a todos
1816 porque eu acho que houve aqui uma defesa apaixonada e houve uma dedicação
1817 meritória de todos os membros da Câmara, foram eu acho que todas as questões
1818 aqui pessoais, institucionais e emocionais foram trazidas à mesa e foram
1819 discutidas. Talvez não com aquela elegância britânica que nós gostaríamos de ter,
1820 mas nós somos latinos, como eu já disse, e isso é meio inevitável, é nossa
1821 característica e graças a Deus todos nós aqui somos bastante vividos para saber
1822 lidar com isso, para saber lidar com essa emoção e separar a questão dos
1823 sentimentos, da questão do respeito e consideração pela oposição às nossas
1824 ideias. Eu quero parabenizar a todos pelo trabalho, todos mesmo, àqueles que se
1825 opuseram à Resolução, àqueles que concordaram com a Resolução, àqueles que
1826 vão sair daqui insatisfeitos com a Resolução. Eu acho que satisfeito ninguém está
1827 saindo, eu queria dizer isso, eu acho que assim, satisfação plena com a
1828 Resolução não há porque não há uma situação de conforto absoluto, nós temos
1829 sempre uma situação de um determinado desconforto em relação aos
1830 regramentos e a regulação. A regulação não é um processo estático, simples, ele
1831 é um processo dinâmico e vivo, portanto vamos precisar ver mais esse filho aqui,
1832 mais essa legislação ir para a rua, ganhar corpo e verificar se nós fizemos o bom

1833trabalho ou não. Nós vamos ter consciência disso talvez daqui há alguns anos,
1834não exatamente nesse momento. O que nós podemos sair tranquilos aqui é que
1835nós demos o nosso máximo no sentido de contribuir naquilo que nós pudemos, no
1836limite da nossa capacidade em relação à Resolução. Então, mais uma vez
1837cumprimentar a todos e deixo a palavra para mais algum manifestação que
1838queiram fazer. Doutor Aldo, Doutor Alfredo, por favor.

1839

1840

1841**O SR. ALDO CARVALHO DA SILVA (Governo do Estado da Bahia)** – Eu queria
1842dizer ao Doutor Bocuhy, não precisa pedir desculpas não, Doutor Bocuhy, faz
1843parte do debate e o senhor foi muito fiel às suas convicções e isso é muito
1844importante. Então, e para o nosso coordenador, o nosso presidente eu diria que
1845mediar e facilitar discussões onde os contraditórios estão à flor da pele em suas
1846defesas não é muito fácil, até porque são muitos interesses em jogo, o interesse
1847da sociedade, o interesse da análise do Ministério Público em relação aos temas
1848tratados, nós como representantes de Governo que, sobretudo, o Governo do
1849Estado que num espaço muito curto de tempo vai estar recebendo isso como
1850bomba para estourar no seu próprio colo na fiscalização, na regulação, enfim.
1851Então assim, são muitas visões e diferentes visões de um mesmo tema e de
1852perspectivas em relação à responsabilidade que teremos que assumir daqui para
1853frente. Eu volto a dizer e repetir a frase que você disse que o máximo foi dado
1854para que tudo isso acontecesse, principalmente daqueles que estão há muito
1855tempo nessa discussão. E as instâncias posteriores de discussão desse mesmo
1856assunto é que farão com que isso seja consolidado mais adiante, portanto, nós
1857cumprimos uma etapa, não é verdade? Uma etapa desse processo todo de
1858consolidação de um documento. Então, eu fico muito feliz de ter participado desse
1859momento que para mim é histórico e é histórico também para todos. Aprendi muito
1860aqui, muito mesmo, vocês não sabem a dimensão do aprendizado que eu tive
1861aqui. Muito obrigado.

1862

1863

1864**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
1865**Paulo)** – Eu também queria aproveitar para parabenizar você. Você conseguiu
1866conduzir muito bem isso, é um tremendo abacaxi e eu estou nele, posso dizer que
1867eu tinha que gostar de abacaxi, eu não sei se você gostava de abacaxi, mas você
1868descascou ele bem. E estou falando isso porque eu tenho experiência, essa é
1869segunda Resolução minha, a anterior teve muita discussão no GT, mas foi um GT
1870e na Câmara Técnica ela foi discutida em uma sessão. Essa teve três GTs e eu
1871posso dizer que a Câmara Técnica virou um quarto de GT, tanto que ela foi
1872discutida aqui também. Então, e você conduziu muito bem. Todo mundo que vai
1873no GT de alguma maneira tem conhecimento técnico com a coisa, não
1874necessariamente os Conselheiros aqui vão ter esse aprofundamento técnico, mas
1875você deu a oportunidade de todo mundo entender minimamente para se sentir
1876minimamente à vontade de votar. Então, eu acho que isso nós realmente fizemos
1877tudo que foi possível.

1878

1879

1880 **SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Márcio, realmente eu te parablenizo pela
1881gestão da Câmara, confesso a você que quando entrei aqui na Câmara eu estava
1882perdido nessa Resolução, estava perdido mesmo em relação aos seminários,
1883não participei dos grupos. Eu vim aprender muito e me sinto seguro no que eu fiz
1884aqui, nada assim que: “ah meu Deus do céu, será que eu fiz besteira”? Nada
1885disso. Me sinto seguro nas minhas decisão e o que eu quero dizer a você aqui é o
1886seguinte, não acabou, essa Resolução não finalizou, nós sabemos que têm mais
1887etapas difícil por aí, etapas difíceis, não vai ser tão fácil. Essa não foi fácil as
1888outras com certeza também não vai ser fácil e eu sempre digo, às vezes quando
1889vejo Resolução e regulamentação não é fácil, como você falou, não é fácil de fazer
1890um Resolução e o passo final para mim, eu sei que vai ser bastante complicado,
1891isso eu quero ver mesmo que vai ser na plenária. Na Câmara Jurídica sei que vai
1892ser, mas a plenária eu sei que vai ser barra e está arriscado até de repente até
1893voltar, está até arriscado voltar para cá, pode acontecer. Eu não sei. É o que falou,
1894abacaxi não sei se é doce ou amargo, doce com certeza não é, que eu sei que
1895não é,mas de minha parte em relação á Resolução, ao que ouvi de técnicos e
1896experiências, com toda sinceridade vou me sentir seguro naquilo, se for o caso
1897vamos chamar A, B, C e D para definirmos. E toco mais uma vez essa Resolução
1898mais na frente pode ser revista, eu fico seguro por causa disso, eu fiz aqui e tal,
1899mas lá na frente ela pode ser revista, poder estar pegando aqui vamos rever. Por
1900isso que eu me sinto seguro, eu posso é deixar o mercado assim sem nada, sem
1901Resolução nenhuma, a minha segurança é essa. Parabéns Márcio e a todos os
1902Conselheiros que trabalharam na resolução.

1903

1904

1905 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1906**CTQAGR)** – Na verdade, os parabéns para nós todos, eu também aqui fui
1907aprendendo e recebendo aqui orientações de vocês como conduzir. Quer fazer
1908manifestação?

1909

1910

1911 **A SRª. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (MME)** – Só quero
1912dizer que nós aqui temos uma tradição, principalmente dentro dessa Câmara que
1913vem assuntos tão delicados e importantes para a questão ambiental, a questão
1914humana, de saúde. E eu entendo que cada um de nós sempre faz o melhor. Então
1915eu penso assim, toda vez as discussões se leva sempre em pensar o melhor. O
1916que acontece? Acontece que às vezes por um motivou outro não há, assim, uma
1917participação daquelas pessoas que efetivamente têm condições do debate mais
1918apurado tecnicamente, fazerem um acompanhamento contínuo. E isso é que traz
1919como eu vi ontem, aquela situação de impasse e isso é muito ruim porque nós
1920temos um procedimento dentro do Conama que são os Grupos de Trabalho,
1921depois nós temos Câmara Técnica, depois temos Jurídico e como você falou: “vai
1922chegar a plenária e vai ser o problema”. Isso é outro problema que eu já estou no
1923Conama desde 1990, eu entendo que esse tipo de coisa é que não pode
1924acontecer, isso que não pode acontecer porque nós temos o ambiente para

1925debater tecnicamente, não é numa plenária que pessoas que não participaram
1926desse momento. Entendeu? Aí começa salpicar dados, tira, põe, põe vírgula, não
1927sei o que, e o risco que se ocorre de sair um produto muito pior é muito grande
1928então. Então, eu entendo que cada um tenha a sua preocupação direcionada por
1929cada segmento, respeito isso, mas eu acho que nós temos que fazer um esforço
1930para que essas coisas não se desemboquem numa plenária para se discutir
1931coisas técnicas, porque é muito difícil num momento daqueles ficar discutindo
1932parâmetros, limites, abrangência. Eu acho que nós tínhamos que fazer um esforço
1933dentro do nosso contexto, seja Sociedade Civil, seja Governo, seja Estado, de
1934procurar isso não levar a acontecer. É só o que eu queria deixar registrado. E
1935parabenizar o Márcio que ele está estreando nessa conduta dessa Câmara aqui,
1936que é uma Câmara importante dentro do universo do Conama, é uma Câmara
1937difícil porque os assuntos que vêm para cá são relevantes para todos nós e o
1938debate é sempre rico. E eu acho o seguinte, quem comanda tem um papel às
1939vezes de dar um estaque, vamos dizer assim, fala, não fala, e isso tem que ser
1940entendido por nós. Esse contato de debate de diálogo ele tem que ser saudável e
1941respeitoso como foi o tempo todo dentro desse trabalho. Como ele diz, todos nós
1942estamos de parabéns. Então, eu agradeço essa participação intensa, respeitosa,
1943ética para que nós vamos para a plenária do Conama com a confiança que
1944fizemos o melhor que podíamos ter feito dentro desse texto. Agora, não deixar que
1945chegue lá na plenária levante um GT na plenária, isso é complicador para todos
1946nós.

1947

1948

1949**SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1950**CTQAGR)** – Doutor Sérgio, quer se manifestar? Não? Saúde? Doutor Francisco,
1951Doutor Bocuhy alguma manifestação adicional? Não? Ok. Então agradeço a
1952todos, vamos fazer uma rápida rodada de informes aqui até para nós termos ter
1953um horizonte dos nossos trabalhos, e como bem disse a Doutora Christina é
1954possível que esse assunto retorne na nossa pauta, o Evandro também comentou
1955isso. Não tem problema, o nosso mandato é esse e nós somos servidores ou
1956técnicos a serviços do Conama e estamos colocando aqui o nosso trabalho, nosso
1957esforço no sentido de contribuir para o Conselho Nacional de Meio Ambiente e
1958esse é um dos papeis, percalços e papeis que nós temos que enfrentar. Só queria
1959fazer dois relatos, nós temos dois grupos de trabalhos além da Resolução que
1960passou agora, a Resolução também de resíduos de transportes que aprovamos
1961ontem e nós temos em dois Grupos de Trabalhos desenvolvendo, um de PCBs,
1962que eu não sei se alguém aqui está acompanhando como coordenação, por favor,
1963poderia fazer um relato breve de como está, quantas reuniões teve, como está o
1964grupo. Só para nós irmos nos situando. Eu posso vamos dizer antes só para dar o
1965mote o de uso de remediação em ambientes hídricos, que nós estamos discutindo
1966já na segunda reunião, o Aldo, tem acompanhado, o Evandro acompanhou um
1967pouco, acho que nessa última não. Nós tivemos e já estamos na segunda reunião
1968e cada uma delas com dois dias, a primeira foi um dia e a segunda foram dois dias
1969onde tivemos seminários já apresentando o processo de registros de
1970remediadores de agrotóxico. Eu acredito que estamos avançando bem, é um tema

1971que eu acredito que mais polêmico até do que esse de micronutriente e acho que
1972esse vai dar muito mais pano para manga aqui, mas eu acredito que também que
1973tem está acompanhando, a Doutora Mônica também está acompanhando, eu
1974acredito que nós estamos avançando bem no sentido de discutir com bastante
1975abrangência os temas que estão lá sendo colocados, e que são muito polêmicos.
1976Ainda não entramos no cerne da discussão que é exatamente os procedimentos
1977que nós vamos propor para o controle e autorização de uso desses produtos, mas
1978o tema em si já é polêmico. Então, devemos, já temos a nova reunião marcada
1979para o dia 24, o grupo está avançando bem, com uma boa participação
1980principalmente na primeira reunião, a segunda já teve uma representatividade um
1981pouco menor, mas estão lá vários segmentos que representam todos os
1982interessados no tema. Então, esse é um assunto que ainda provavelmente vai
1983demorar para vir à Câmara, mas está andando com bastante celeridade, seria
1984interessante ter acompanhamento dos senhores no grupo.

1985

1986

1987**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
1988**Paulo) –** Queria perguntar, teve alguma Minuta para começar isso ou está
1989começando?

1990

1991

1992**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
1993**CTQAGR) –** Teve. Saiu uma Minuta. Esse já é o terceiro, só lembrando, já é o
1994terceiro Grupo de Trabalho criado com esse tema. Então, o Ibama elaborou uma
1995Minuta e ele saiu de uma Minuta bastante enxuta e já previamente discutido
1996dentro da área ambiental embora não consensuado dentro da área ambiental.,
1997Isso ajudou bastante o avanço.

1998

1999

2000**A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS) –** Com relação a essa
2001Minuta que o Presidente falou, de recursos hídricos lá, eu passei a bola para a
2002nossa área da água lá que é a Adriana que está representando, mas de qualquer
2003forma eu leio todas as Minutas, faço os comentários e a Adriana vem porque eu
2004não dou conta, o Conama é um povo, então eu não tenho, mas ela informou que
2005está indo muito bem, na primeira reunião eu estive, na segunda já foi só a Adriana
2006que veio. E com relação aos PCBs foi a mesma coisa, eu já eu passei a bola para
2007outra pessoa do meu grupo lá, na primeira reunião, é um grupo muito pequeno e
2008tem uma Minuta bastante enxuta. Eu acho que está caminhando muito bem, tem
2009um embasamento técnico que eu achei bastante conciso, bem aprimorado, não
2010vejo grandes problemas com relação a área de saúde para perceber, mas na
2011última reunião que foi agora dia 7 eu não estive, foi outra pessoa que ainda não
2012me passou o relatório, mas eu sei que o Gilberto estava nessa reunião, já me
2013falaram que o Gilberto estava e talvez ele possa nos adiantar a última reunião de
2014PCB.

2015

2016

2017 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
2018 **CTQAGR)** – Artigo 5, está com o Gilberto, não é Gilberto?

2019

2020

2021 **O SR. GILBERTO (Ibama)** – Eu sei que a Minuta tinha sido bastante avançada,
2022 discutida, a discussão do PCB já traz uma metodologia de como se fazer um
2023 inventário, tinha algum ponto que eu lembro que vim na reunião falar que era de
2024 onde ia ser colocadas as informações, quem ia prestar as informações e onde
2025 seria. Essa discussão ainda está internamente discutida, pelo menos no Ibama,
2026 mas o grupo tem... Desculpa. A Minuta de Resolução tem uma tendência técnica
2027 de você detalhar como deve ser feito esse inventário, vamos falar assim,
2028 substâncias poluentes, orgânicas mais difundidas no País, ao contrário dos
2029 agrotóxicos que eles já chegaram aqui no País com uma tecnologia mais defasada
2030 porque já tinha essa necessidade de banir. O DDT também teve um uso restrito se
2031 for pensar, mas o PCB foi difundido tecnologicamente em várias áreas do País, e
2032 a Minuta vem então justamente para isso, para criar essa necessidade de você
2033 fazer o inventário e depois propor uma política de você descomissionar
2034 equipamentos em uso e destinar os resíduos existentes. Então, eu acho que
2035 tirando aquele ponto que o Ibama ainda tem que pontuar melhor de como vai ser
2036 feita essa declaração acho que não haveria nenhum outro dissenso, o grupo está
2037 muito coeso e discutindo detalhadamente a Minuta.

2038

2039

2040 **A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – Foi exatamente isso
2041 que eu coloquei, que tem um grupo muito técnico, que ela já veio bastante limpa
2042 para o grupo de trabalho e isso em termos de saúde eu não veria nenhum grande
2043 problema em relação a isso.

2044

2045

2046 **A SR^a. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (MME)** – Eu gostaria
2047 de dizer a vocês que esse trabalho sobre PCB ele tem já uma história, uma
2048 história sólida porque ele já teve algum desenvolvimento num outro ambiente.
2049 Então a minha preocupação, e eu acho que ele está levantando, o Gilberto, não
2050 começarmos do zero, aproveitar uma base de dados que nós já temos
2051 anteriormente de chegar aqui no Conama e para que você, vamos dizer, minimize
2052 o gasto porque você já tem uma informação. Eu sei disso porque nós já
2053 participamos inclusive em eventos sobre PCBs e tem alguns dados que nós já
2054 contribuimos enfim, nesse sentido. Porque nós temos o ambiente lá da Conasc e
2055 dentro da Conasc havia esse trabalho de PCBs. Então, eu acho importante que
2056 nós tenhamos já, vamos dizer, que eu sei que quem pediu foi a diretoria a qual a
2057 Conasc está inserida. Então é interessante que historicamente nós já tenhamos
2058 algum produto, esse assunto não está começando hoje. Então é bom isso fique
2059 claro.

2060

2061

2062 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Vice-coordenador.

2063 Mais alguma manifestação ou algum informe?

2064

2065

2066 **SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DCONAMA)** – Só complementando, nós

2067 temos mais dois processos que um deles é a criação do GT para revisar a

2068 Resolução Conama número 03/1990, que dispõe sobre padrões de qualidade do

2069 ar previstos no Pronar. Esse processo aguarda o encaminhamento de uma

2070 Minuta, de um texto de uma Minuta de Resolução, um texto e atualmente

2071 encontra-se no gabinete da Secex, na Secretaria Executiva do Ministério do Meio

2072 Ambiente. O outro processo é o processo de revisão da Resolução Conama 307,

2073 para reclassificação dos resíduos de tintas. A Câmara Técnica quando ainda era

2074 Câmara Técnica de Saúde ela decidiu, solicitou na verdade à CNI apresentação

2075 de novos estudos, e os estudos foram encaminhados pela Abrafat, e serão

2076 analisados pelo Ibama e pelo MMA e retornarão à pauta da CT.

2077

2078

2079 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**

2080 **CTQAGR)** – Só lembrando que a representante da Abrafat estava aqui na reunião,

2081 me procurou ao final da reunião para saber se seria o momento de apresentação

2082 do documento e tal. Eu coloquei para ela que o assunto ainda não tinha entrado

2083 em pauta e se ela estivesse presente no momento dos informes ela poderia dar

2084 um relato do conteúdo, do documento e tal. Infelizmente ela não pôde estar

2085 presente hoje, mas em todo caso o assunto ainda não foi pautado na Câmara e

2086 oportunamente eles terão oportunidade de se manifestar. Doutor Bocuhy, por

2087 favor.

2088

2089

2090 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Não queria tomar

2091 mais o tempo, mas não posso deixar de falar sobre a questão das motos. Há uma

2092 decisão recente de produzir motos mais espartanas, sem equipamento no Brasil,

2093 para baratear o custo e aí elimina-se a ignição eletrônica e utiliza-se carburador. A

2094 Yamaha está anunciando isso, são motos de R\$ 5.000,00, alguma coisa assim,

2095 que são mais acessíveis ao consumidor, geralmente as empresa de Moto Frete,

2096 aos motoboys. A questão da Resolução que vai para a plenária do Conama para

2097 vamos dizer um ajuste com relação a um pequeno erro que ocorreu, ela tem um

2098 vício insanável, ela prevê que o catalisador tenha uma durabilidade de 18.000

2099 quilômetros e com isso os produtores de catalisador vão utilizar pouco metal para

2100 fazer o catalisador porque é o metal nobre que acaba condensando para retirar o

2101 Carbono, e aí o que acaba acontecendo... Perdão. Para limitar a emissão de

2102 poluentes, e o que acaba acontecendo é que essa Resolução, Márcio, aí é o mau

2103 exemplo do que se adota quando tem o padrão europeu. Foi baseada essa

2104 Resolução no padrão europeu de durabilidade de catalisador de motocicletas na

2105 Europa. Nas Europa as motos rodam muito pouco por condições climáticas e o

2106 uso de moto não é como o do Moto Frete no Brasil, um motoboy em São Paulo ele

2107 roda cerca de 50 a 80.000 quilômetros por ano, ou seja, se a exigência do

2108catalisador é só 18.000 quilômetros, uma moto com três meses de duração está
2109emitindo toda a sua carga polidora na atmosfera e sim a eficiência de um
2110catalisador. Então, eu queria dar essa informação à Câmara porque nós temos
2111que repensar essa questão dos 18.000 quilômetros sob pena de envenenar
2112cidades grandes como São Paulo que já tem um problema sério de poluição, e
2113com a tendência agora agravada da produção de motos sem equipamentos, numa
2114espécie de dança do caranguejo, nós voltamos para traz na normatização
2115ambiental.

2116

2117

2118**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
2119**CTQAGR)** – Esse assunto não veio à Câmara porque na verdade o que vem à
2120Câmara são as Resoluções de configuração das motos que vão ao mercado,
2121dentro do Promot e do Proconve. Então, até onde eu sei não tem como rever uma
2122Resolução que já está colocado em termos de padrão de emissão. Temos outras
2123Resoluções que dizem respeito à inspeção veicular, talvez é que o assunto pegue,
2124mas eles não estão, até onde eu sei, no horizonte dessa Câmara. Sei que está
2125sendo discutido no plenário do Conama, na próxima reunião dia 20 e 21, quando
2126nós temos a nossa plenária do Conama, está sendo trazida uma questão em
2127relação a um possível erro que teria havido da Câmara Jurídica na hora da
2128redação da aprovação de uma Resolução e isso não passou por esta composição
2129da Câmara, passou por esta Câmara, mas até onde me foi dado conhecer o que
2130saiu daqui está fiel ao que se quer aprovar, parece que a modificação foi na
2131Câmara Jurídica que teria havido uma alteração que se pensava de forma e
2132acabou alterando o mérito. Mas, enfim, esse assunto será discutido na plenária e
2133lá eu convido a todos para se fazerem presentes na plenária dia 20 e 21, para que
2134nós possamos apreciar o tema. Eu confesso a ignorância, como não veio a nós,
2135esse assunto não... Eu particularmente não me envolvi com ele.

2136

2137

2138**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Só para os
2139Conselheiros que quiserem ter mais informação sobre a matéria, eu produzi um
2140artigo ano passado chamado Licença Para Matar. Então, é só pesquisar Carlos
2141Bocuhy, meu sobrenome com Licença Para Matar que está em vários sites por aí
2142e publicado.

2143

2144

2145**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
2146**CTQAGR)** – Ok, gente, mais algum informe? Alguém deseja fazer mais algum
2147relato? Eu agradeço o Doutor Bocuhy por trazer essa questão aqui, o que motiva a
2148nossa ida ao Conama.

2149

2150

2151**O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DCONAMA)** – Só por oportuno agendar a
2152próxima reunião.

2153

2154

2155 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
2156 **CTQAGR)** – Pode ser ano que vem ou não? *(Risos!)*. Ele ainda não veio à
2157 Câmara, mas dentro do rito ele seria até quantos dias antes?

2158

2159

2160 **O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DCONAMA)** – Nós temos 30 dias para Ibama
2161 e o Ministério do Meio Ambiente retornar. Agora nós também temos um problema
2162 com relação a próxima plenária, a próxima plenária é em maio, agora se nós
2163 fizermos uma contagem regressiva de CTAJ e CT nós necessitamos agendar a
2164 próxima CT de Qualidade para abril, entre primeira e segunda quinzena de abril,
2165 meados de abril.

2166

2167

2168 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
2169 **CTQAGR)** – Não seria interessante o final de abril Adriano? Eu coloco pelo
2170 seguinte, porque nós temos, nós não temos um processo encaminhado
2171 formalmente à Câmara, nós temos dois processos que estão em vias de retornar a
2172 nós, como você falou, de tintas deve levar pelo menos 30 dias nos órgãos. Então,
2173 nós teríamos lá por meados de abril eu imagino que estariam concluídos os
2174 trabalhos do Ibama e do Ministério. Então, porque também não vale a pena
2175 fazemos uma reunião sem uma pauta predefinida, a CTAJ vai se reunir quando
2176 para apreciar essa Resolução de qualidade?

2177

2178

2179 **O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DCONAMA)** – Márcio, acho que a sugestão é
2180 boa porque possivelmente a CTAJ se reunirá em sessão extraordinária, por conta
2181 dos prazos regimentais.

2182

2183

2184 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
2185 **CTQAGR)** – Isso seria o quê? No meio de abril?

2186

2187

2188 **O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DCONAMA)** – Possivelmente no início de
2189 maio, uma vez que temos a plenária em maio, dia 22 e 23 de maio. Então assim,
2190 podemos agendar para segunda quinzena de abril, mas nós não podemos superar
2191 a segunda quinzena.

2192

2193

2194 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
2195 **CTQAGR)** – Ok. Então vamos nos ater. Eu acredito que quanto mais à frente mais
2196 chance nós temos de estarmos com esses processos de Resolução formalmente
2197 encaminhados à Câmara, o que seria desejável.

2198

2199

2200 **SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DCONAMA)** – Pelo calendário uma sugestão
2201 é 22 e 23, se não houver inconvenientes, uma vez que é segunda e terça. O
2202 inconveniente da última semana de abril é o dia 24 que tem o GT de Ambientes
2203 Hídricos.

2204

2205

2206 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
2207 **CTQAGR)** – Isso que eu ia dizer. Dia 24 tem os GTs de Ambientes Hídricos, isso
2208 ajudaria aqueles que participam do GT, você pode quando Alfredo? Então, por
2209 que nós não fazemos 25 e 26 porque aí quem vem para o GT de Recursos
2210 Hídricos, Ambientes Hídricos, Desculpa. Veja, eu não acredito que tenhamos
2211 pauta para dois dias. Então, nós podemos até prever aí...

2212

2213

2214 **SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DCONAMA)** – De qualquer forma, Márcio, o
2215 pré agendamento fica confirmado.

2216

2217

2218 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – IBAMA (Presidente da**
2219 **CTQAGR)** – Tranquilo. Mas vamos pré agendar 25 e 26 que fica interessante para
2220 compatibilizar não só as outras Câmaras, mas também com os grupos de
2221 trabalhos. Ok? Muito obrigado a todos então, àqueles que vão viajar uma boa
2222 viagem de retorno a nós que vamos continuar na Roda Viva aqui um bom trabalho.